



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

BRUNO SÉRGIO BEZERRA ARNOUD GUIMARÃES

**FLAGELOS DO SERTÃO: CHICO PEREIRA E O CANGAÇO DE
VINGANÇA NO NORDESTE BRASILEIRO**

**JOÃO PESSOA
2023**

BRUNO SÉRGIO BEZERRA ARNOUD GUIMARÃES

**FLAGELOS DO SERTÃO: CHICO PEREIRA E O CANGAÇO DE
VINGANÇA NO NORDESTE BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em História como
requisito para obtenção do título de
Licenciado em História, sob a orientação do
Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa.

JOÃO PESSOA
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G963f Guimaraes, Bruno Sergio Bezerra Arnoud.
Flagelos do Sertão: Chico Pereira e o Cangaço de
Vingança no Nordeste Brasileiro / Bruno Sergio Bezerra
Arnoud Guimaraes. - João Pessoa, 2023.
77 f. : il.

Orientador: Ângelo Emílio da Silva Pessoa.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/CCHLA.

1. Cangaço. 2. Paraíba. 3. Vingança. 4. Chico
Pereira. I. Pessoa, Ângelo Emílio da Silva. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94(813.3)

Bruno Sérgio Bezerra Arnoud Guimarães

**FLAGELOS DO SERTÃO: CHICO PEREIRA E O CANGAÇO DE
VINGANÇA NO NORDESTE BRASILEIRO**

Aprovado em _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Professor Orientador

Nota []

Prof. Dr. Damião de Lima
Professor Leitor

Nota []

Prof^ª Dr^a Fernando Cauduro Pureza
Professora Examinadora

Nota []

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato simbólico que implica num reconhecimento de que nada do que somos, do que realizamos, seria possível se não fossem as contribuições de tantos que fizeram, e ainda fazem, parte das nossas vivências.

Por isso, agradeço em especial a minha esposa, Ananda, por ter sido minha companheira em todas as ocasiões, me motivando e me fazendo não desistir nas muitas vezes em que pensei em abandonar o curso de História, pelo enorme sacrifício que tive que me submeter, por tantos momentos, para dar conta de todas as atividades da graduação. Agradeço a ela, também, pelo apoio que me deu especialmente durante a elaboração desse trabalho de conclusão de curso, literalmente “segurando a barra” das outras responsabilidades de cuidar da nossa filha e da nossa casa nos tantos momentos em que tive que me dedicar ao difícil trabalho da escrita.

Agradeço a minha filha, Cecília, que nasceu e cresceu enquanto estive no curso de História. Com ela, aprendi o que significa o amor incondicional de um pai para um filho ou filha. Graças a ela, a alegria, o amor e o carinho que nos proporciona, pude suportar momentos tão difíceis durante esses últimos cinco anos, principalmente durante o longo período de isolamento da pandemia de Covid-19. Seu sorriso ajudou a salvar muitos dos meus dias. E as visitas que fazia ao quarto de estudos, enquanto o papai sofria para escrever esta monografia, ajudaram também a tornar esses momentos um pouco mais leves.

Agradeço aos meus pais, Sérgio e Lúcia, que me dedicaram amor, carinho e suporte, e me proporcionaram as condições de poder estudar, me desenvolver e chegar até onde cheguei. Sem os seus esforços, não teria ido tão longe.

Agradeço aos meus irmãos, Eduardo e Andressa, que sempre me incentivaram durante todos os momentos, ao longo dessa minha caminhada.

Agradeço a minha sogra, Verônica, por todo o apoio que nos dá ao ajudar a cuidar da minha filha, Cecília, o que sem dúvidas me serviu de alento e despreocupação enquanto precisei me dedicar às atividades do curso.

Agradeço ao meu orientador, o professor Ângelo Emílio, pelos inestimáveis ensinamentos que me proporcionou enquanto seu aluno, nas disciplinas de Introdução ao Estudos Históricos e Metodologia da História II, e agora durante o desenvolvimento desse trabalho, sempre me auxiliando em todos os momentos e me indicando os melhores caminhos para trilhar durante esse curso.

Agradeço aos meus colegas do curso de História ao longo desses cinco anos, pela troca de experiências e de vivência, sem dúvidas parte essencial de todo o meu aprendizado

Agradeço também, e de uma forma geral, a todos os professores e professoras do curso de Licenciatura em História por todo o aprendizado, suporte, referência e inspiração que foram, também, muito importantes para o meu desenvolvimento enquanto aluno.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as vinculações entre o fenômeno da vingança e o ingresso no cangaço a partir da trajetória do cangaceiro paraibano Francisco Pereira Dantas, mais conhecido como Chico Pereira (1900-1928). Personagem ainda pouco estudado no campo da historiografia, Chico Pereira foi provavelmente o principal cangaceiro natural do estado da Paraíba. Sua história foi contada pelo filho, o padre Francisco Pereira Nóbrega (1928-2007), através do livro *Vingança, não*, publicado no ano de 1960. Esta obra narra as circunstâncias que levaram Chico Pereira a entrar no cangaço, a partir do episódio do assassinato do pai. A partir da narrativa de Pereira Nóbrega, e de outras fontes relacionadas a Chico Pereira, busco apresentar e problematizar o panorama social, político e cultural ao redor desse personagem, de forma a compreender, também, as condições gerais do fenômeno do cangaço no nordeste brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Cangaço; Paraíba; Vingança; Chico Pereira

ABSTRACT

This work aims to analyze the connections between the phenomenon of revenge and the entrance into the cangaço (type of banditry), based on the trajectory of the Paraíba cangaceiro (bandit) Francisco Pereira Dantas, better known as Chico Pereira (1900-1928). Chico Pereira was probably the main cangaceiro (bandit) born in the state of Paraíba. His story was told by his son, priest Francisco Pereira Nóbrega (1928-2007), in the book *Revenge, not*, published in 1960. This work narrates the circumstances that led Chico Pereira to enter the cangaço, starting from the episode of his father's murder. From Pereira Nóbrega's narrative, and from other sources related to Chico Pereira, I seek to present and problematize the social, political and cultural overview around this character, in order to understand, also, the general conditions of the phenomenon of the cangaço in the Brazilian northeast.

KEYWORDS: Banditry, Paraíba, Revenge, Chico Pereira

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Capa da edição original de <i>Vingança, não</i> (1960).....	33
Figura 02 – Mapa da Paraíba, de 1915, com a localização da antiga vila de Nazareth, pertencente a Sousa.....	38
Figura 03 – Recorte do jornal <i>O Norte</i> (PB), de 14/09/1922, trazendo em primeira página a notícia do assassinato do coronel João Pereira.....	42
Figura 04 - Chico Pereira, em foto de 1924, com o seu traje de cangaceiro.....	54
Figura 05 – Recorte do jornal <i>Gazeta de Notícias</i> (RJ), do dia 13/05/1927, com a notícia do ataque à cidade de Apodi/RN.....	59
Figura 06 – Trecho de um mapa atual do Rio Grande do Norte assinalado com os nomes das cidades onde ocorreram assaltos atribuídos ao bando de Chico Pereira.....	64

SUMÁRIO

Flagelos do sertão: Chico Pereira e o Cangaço de Vingança no Nordeste brasileiro

Introdução.....	10
Capítulo I: Honra como princípio, vingança como fim.....	17
1.1 Códigos, valores morais e honra no Sertão dos anos vinte.....	17
1.2 Vingança e a prática da justiça privada no meio rural do Nordeste.....	20
1.3 A vingança como porta de entrada para o Cangaço.....	23
Cap. II: O Caso Chico Pereira e o Cangaço de Vingança.....	28
2.1 O padre Francisco Pereira Nóbrega e a obra “ <i>Vingança, não</i> ”	28
2.2 Panorama social e Político do município de Sousa.....	33
2.3 Vingança, não.....	38
2.4 A invasão à cidade de Sousa/PB.....	43
Cap. III. De vingador honrado a cangaceiro convencional.....	50
3.1 A trajetória de Chico Pereira no Cangaço.....	50
3.2 O processo de Acari/RN.....	60
3.3 “O morto que ninguém chora”.....	63
Considerações finais.....	67
Referências.....	71

INTRODUÇÃO

O historiador tem como dever de ofício o desafio de tentar decifrar o passado e relacioná-lo ao presente, como forma de entendimento da ação humana no tempo. Naturalmente, a dificuldade de tal missão se acentua à medida em que falta desse passado o maior número de pistas, relatos, fontes. Quanto mais distantes no tempo se escondem os seus vestígios, mais difícil se torna a precisão do relato. Mas não pode o historiador esperar que os indícios do passado sejam generosos para com a sua pesquisa, fornecendo-lhe veredas tranquilas para transitar com seus “por quês” e “por quais”. A depender do tipo de investigação que se realize, é mais certo que o caminho seja o mais escuro, pedregoso, e que as suas fontes promovam mais silêncios do que declarações. Mas não se deve, só por isso, abandonar a investigação histórica como uma noiva desprezada à beira do altar: cabe ao historiador buscar incessantemente os vestígios do passado e, sendo fiel a eles, construir uma interpretação, um vislumbre daquela realidade, formando um melhor entendimento do tempo presente. Pois, como Marc Bloch ensinou, em sua *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, o passado “é, por definição, um dado que nada mais se modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa.” (BLOCH, 2001, p.75).

Na pesquisa a qual me dedico com este trabalho monográfico, precisei me aventurar em um ambiente do qual, francamente, não tenho maior proximidade: o sertão nordestino. Não possuo laços sertanejos e minha ascendência atingiu, no máximo, os limites do Agreste paraibano. Na única oportunidade em que tive de visitá-lo, porém, impressionou-me, em particular, a sua paisagem, a renitência da vegetação, dos mandacarus imponentes, que se impõe ao ambiente por vezes inóspito e hostil. Os homens e mulheres sertanejos são retratados, muitas vezes, como que se pudessem mimetizar tais características, como se a resistência e a perseverança fossem para eles atributos da sua natureza. O argumento é, na aparência, belo e reconfortante, mas na prática esconde, muitas vezes, o preconceito sutil de quem pretende, com o elogio ao sertanejo resistente, esconder as omissões dos poderosos, e os seus abandonos deliberados. A vida no sertão é dificultada pelas condições da natureza, com os seus ciclos periódicos de seca. Mas poderia sê-lo muito menos se a

ação humana contemplasse verdadeiramente o sertanejo ao invés de entregá-lo à própria sorte.

Muito embora não tendo proximidade com o sertão nordestino, pela falta de raízes familiares, ou outras formas de vinculações, a sua história, em especial, sempre me fascinou. Vejo que há no sertão algo de um Brasil profundo, mas não no sentido de arcaico, como tantas vezes se estigmatizou essa região. Profundo por refletir camadas de uma sociedade dinâmica, complexa, forjada por episódios de lutas e adversidades, mas também por produzir ricas expressões culturais como a literatura de cordel, o forró, o baião, o xaxado, as festas populares, enfim, tudo mais que concebeu para contribuir, de maneira significativa, com a riqueza e a diversidade cultural da região Nordeste e do Brasil como um todo.

Esta região do Nordeste brasileiro, de características tão distintas e marcantes, produziu o cangaço, fenômeno de banditismo que teve sua predominância em fins do século XIX e início do século XX. Quando me refiro ao Nordeste, o situo como categoria não só geográfica, mas também política e de outras dimensões. Conforme Barros,

o conceito de Nordeste como região natural é uma categoria a ser analisada, já que o traçado das regiões não se circunscreve apenas aos aspectos geográficos como características geológicas, climáticas etc, mas, principalmente, a interesses de ordem política, administrativa e econômica.(BARROS, 2018, p.55)

Albuquerque Júnior (2009, p.340) expande essa conceituação mostrando que “o Nordeste, assim como o Brasil, não são recortes naturais, políticos ou econômicos apenas, mas, principalmente, construções imagético-discursivas, constelações de sentido”. Dessa forma, quando se pensa sobre o que é o Nordeste, é preciso dimensionar as suas particularidades para além de uma mera configuração geográfica e predeterminada de região, que se estabeleceu a partir de determinados interesses e construções narrativas.

Certamente, o cangaço não se tratou de fenômeno único, uma vez que outras formas de banditismo ocorreram em diferentes regiões do mundo e em diferentes épocas, como demonstrou o historiador britânico Eric Hobsbawm em seu livro *Bandidos*, publicado no ano de 1969. Contudo, o cangaço possuiu características únicas e foi resultante do ambiente social, político e econômico do sertão nordestino que ganhou mais força durante a Primeira República. É certo que as condições

socioeconômicas da região foram um elemento importante para o agravamento das tensões sociais, principalmente a partir da Grande Seca de 1877 a 1879, que viria a produzir uma leva de retirantes e de famélicos, que, com pouca ou nenhuma perspectiva, alguns acabavam ingressando em bandos armados. Mas não se pode deixar de observar que o cangaço ocorreu praticamente *pari passu* a outro fenômeno típico daquela região, e deste recorte histórico (final do Século XIX e início do XX): o coronelismo. Tal convivência não teria sido à toa: os coronéis, muitas vezes, se associavam aos cangaceiros para arregimentar milícias armadas, fazendo acordos com alguns dos seus líderes que, muito frequentemente, eram do mesmo estrato social que o seu. Os próprios fazendeiros eram, na maioria das vezes, os chamados coiteiros, que protegiam e davam suporte aos cangaceiros. O fato é que o cangaço típico, dos grandes bandos armados e liderados por figuras como Lampião, desapareceu à medida em que a hipertrofia do poder local, exercida pelos coronéis, entrou em colapso com a eclosão da Revolução de 30 e a implantação do Estado Novo.

O cangaço possui relevante base historiográfica que, de certa forma, acompanhou as mudanças nas formulações teóricas e metodológicas que a própria História, como ciência, vivenciou ao longo do século XX. Mas foi através da literatura que primeiramente foi retratado, ao inspirar um grande número de cordéis, poesias e romances, em fins do século XIX e início do século XX. Destaca-se desse período o escritor Franklin Távora (1842-1888) que publicou, em 1876, o romance *O Cabeleira*, em alusão ao famoso bandido que habitou o sertão de Pernambuco no século XVIII, sendo considerado por muitos o primeiro cangaceiro da história. Segundo Ribeiro (2008, p.111) o autor se apoiou em categorias deterministas para explicar o surgimento do banditismo no nordeste brasileiro. Cabeleira, para Távora, teria sido produto “da conjunção de uma raça “selvagem” (índio) com uma raça “civilizada” (branco-europeu), afetado pela pobreza e pelo meio inóspito e primitivo (sertão e zona da mata pernambucana), num momento histórico ainda não alcançado pelo progresso” (RIBEIRO, 2008, p.111).

Foi só a partir do início do século XX que começou a ser produzida, de fato, uma historiografia a respeito desse tema. O primeiro a se destacar foi o autor cearense Gustavo Barroso (1888-1959). Membro da Academia Brasileira de Letras, era um antissemita declarado, tendo, inclusive, participado do movimento

Integralista Brasileiro, facção de extrema-direita que se inspirava no partido nazista alemão e que teve alguma relevância no Brasil nos anos 1930.

Embora deva ser tratada com a devida cautela, a obra de Gustavo Barroso teve sua importância por apontar causas variadas para o surgimento do fenômeno de banditismo no Nordeste Brasileiro. Em *Heróis e Bandidos* (1917), o autor analisa o ambiente como um dos condicionantes responsáveis para o florescimento do cangaço, por ter ajudado a determinar um certo padrão comportamental violento do sertanejo. Para escrever a respeito do cangaço, se inspiraria em teses de cunho racista, justificando a violência como um meio de sobrevivência típico de raças inferiores ante a um ambiente completamente hostil. Barroso também considerava que a atividade econômica pastoril teria tornado o homem sertanejo mais isolado contribuindo para com o seu estado “primitivo”. Além das condições naturais hostis, Barroso também apontou alguns fatores sociais para a ocorrência do cangaço: a ausência de justiça, o analfabetismo, a falta de trabalho, e a distância do progresso das cidades (RIBEIRO, 2021, p. 77)

A historiografia do Cangaço passaria por uma renovação, em meados dos anos 60, a partir da influência do Materialismo Histórico. O mais influente representante dessa matriz interpretativa foi, sem dúvidas, o jornalista, escritor e militante do Partido Comunista, Rui Facó (1913-1963), mas também podem ser destacadas as contribuições da historiadora Christina Matta Machado com o livro *As táticas de guerra dos cangaceiros* (1969) e sua tese de doutoramento inacabada *Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro*, publicada postumamente em 1973. Rui Facó morreria tragicamente, em 1963, em um acidente aéreo na cordilheira dos Andes, sem ter conseguido ver a publicação de *Cangaceiros e Fanáticos*, que ocorreria no mesmo ano de sua morte. Matta também acabou morrendo precocemente em decorrência de uma leucemia, antes de fazer a defesa da sua tese de doutoramento, em 1971.

Rui Facó desenvolveu um modelo interpretativo no qual enxergava os cangaceiros como camponeses pré-revolucionários que, revoltados com a exploração por parte dos grandes proprietários de terra e com o quadro de miséria do sertão, pegavam em armas para iniciar o que chamou de “prólogo da revolução social” (FACÓ, 1976, p.37). O latifúndio era a grande causa da pobreza e da exclusão no sertão nordestino, uma vez que gerava uma concentração de terras e de poder nas mãos de poucos proprietários, impondo aos camponeses a miséria e a fome. O

cangaço teria sido, na sua visão, uma forma de resistência contra a exploração dos latifundiários. Embora se possa considerar que a interpretação de Rui Facó tenha sido responsável por importantes inovações no campo das análises a respeito do cangaço, enfatizando a dimensão social e política do fenômeno, não se pode ignorar que a sua tentativa de enquadrar de maneira rígida o banditismo rural pelo prisma da luta de classes tenha produzido simplificações e mistificações a respeito da figura do cangaceiro, desconsiderando aspectos como a violência típica daqueles criminosos e a associação destes com os coronéis, para os quais, em troca de dinheiro e acobertamento, serviam de milícias armadas em meio às disputas de poder. Christina Matta Machado, por sua vez, realizou uma extensa pesquisa de campo por quatro anos percorrendo diversos estados nordestinos como Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Maranhão. Ela fez entrevistas com ex-cangaceiros e reuniu um extenso material de arquivo a respeito do cangaço. Segundo Pericás (2019, p.208), em sua tese, Machado afirmaria que o cangaceiro era um herói que se rebelava contra a perseguição injusta da polícia. Algo parecido foi dito em seu livro *As táticas de guerra dos cangaceiros*, dessa vez a respeito de Lampião, que, segundo ela, havia sido “o anjo da guarda dos pobres” (MACHADO, 1969, p.207, apud PERICÁS, 2019, p.208)

Outro importante estudioso que tentou abordar o Cangaço a partir de outros prismas, com ênfase no aspecto social e cultural, foi o advogado e historiador Frederico Pernambucano de Mello. Mello produziu a sua primeira publicação a respeito do Cangaço em 1974 com o artigo *Aspectos do Banditismo Rural Nordeste*. Este artigo serviria de base para a sua principal obra a respeito do tema, o livro *Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1985. Através de uma extensa pesquisa documental e de campo, Mello buscou interpretar o cangaço resgatando alguns elementos trazidos na obra de Barroso como o do isolamento da sociedade sertaneja em relação aos centros urbanos. Segundo o autor, este isolamento teria ajudado a preservar o que chamaria de arcaísmos como, por exemplo, a preservação de um idioma português muito mais próximo do que os colonizadores falavam no século XVI. Além disso, a própria atividade econômica predominante da região, a pecuária, ajudou a formatar um tipo sertanejo mais tendente ao isolamento, uma vez que o pastoreio não necessitava de mão-de-obra massiva como o plantio da cana de açúcar e era executado através de uma contínua expansão de novas áreas para o gado.

Mas foi a definição a respeito das formas do cangaço o aspecto mais influente da obra de Frederico Pernambucano de Mello. Segundo o historiador, o banditismo rural nordestino não pode ser entendido como um fenômeno único, mas com diferentes cangaços dentro do próprio cangaço. Teriam sido, para ele, três formas típicas de cangaço existentes: o cangaço meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço de refúgio. O cangaço Meio de Vida era, provavelmente, a forma mais frequente de todas, tendo sido, segundo Mello (2004, p.140) a “modalidade profissional do cangaço“, que teve Lampião e Antônio Silvino como seus maiores representantes. O segundo tipo tinha a vingança como sua característica mais preponderante, com representantes como Sinhô Pereira, Jesuíno Brilhante e Luís Padre. A terceira forma ocorria quando o Cangaço acabava sendo a única saída, o único refúgio para sertanejos perseguidos e jurados. Essa forma, segundo Frederico Pernambucano de Mello, era, de todas, a menos frequente e teria tido como seu representante mais notável o cangaceiro Ângelo Roque. Importante ressaltar que essas formas não funcionavam como modelos puros e era normal que os cangaceiros, na prática, exercessem diferentes práticas e que as razões de ingresso ou permanência se moldavam de acordo com as circunstâncias.

A própria ideia de um cangaço de vingança, embora seja uma categoria própria da obra de Frederico Pernambucano de Mello e não necessariamente um conceito utilizado pela maior parte dos estudiosos, demonstra a relevância da interseção entre o recurso da vingança e o fenômeno de banditismo rural nordestino que predominou nas primeiras décadas do século XX. O desejo de vingança era um elemento que mobilizava a ação violenta de alguns sertanejos, como um recurso de defesa para a sua honra pessoal e familiar. Ou seja, para entender o fenômeno da vingança é preciso, essencialmente, adentrar nas noções de honra e dos códigos morais sertanejos. É possível constatar que a vingança, principalmente por questões familiares, era relativamente recorrente no sertão. E como conflitos de natureza familiar motivavam violências, tais tensões acabavam sendo absorvidas pelo Cangaço como uma forma de recrutamento para as suas hostes. São estes elementos que pretendo abordar nesta monografia, tendo como objeto de estudo um personagem muito peculiar da história Paraíba: o cangaceiro Chico Pereira.

Francisco Pereira Dantas, mais conhecido como Chico Pereira, foi um cangaceiro do sertão paraibano dos anos vinte do século passado. Natural da antiga vila de Nazareth, então pertencente a Sousa (e atual cidade de Nazarezinho), fazia

parte de uma família proprietária de terras. Era um rapaz de apenas 23 anos, sem histórico de violência, e que ganhava a vida comercializando cal, quando uma tragédia familiar mudaria o seu destino e o de sua família: o assassinato do seu pai, o Coronel João Pereira, no dia 11 de setembro de 1922, após uma troca de tiros em um barracão o qual administrava na vila de Nazareth.

Segundo o relato do padre Francisco Pereira Nóbrega, filho de Chico Pereira, em seu livro *Vingança, não* (1961), o coronel João Pereira, gravemente ferido em decorrência da troca de tiros, teria pedido aos seus quatro filhos homens (Chico, Aproniano, Abdias e Abdon) que não vingassem a sua morte, temeroso que isso os envolvesse num ciclo sem fim de violência, como tantos que ocorriam no sertão. Chico Pereira, o primogênito, enfrentaria o dilema de ter que respeitar o último pedido do pai e, ao mesmo tempo, não deixar que o crime ficasse impune. A solução “conciliatória” foi levar um dos acusados do assassinato, conhecido como Zé Dias, para a cadeia para que a justiça tomasse conta. Contudo, mesmo após Chico Pereira empreender esforços para que a punição ocorresse através dos meios legais, o acusado de matar o seu pai acabaria sendo solto pela polícia. Decidido a não deixar o assassino viver impunemente, resolveria consumir o ato de vingança matando-o em uma emboscada. Este episódio teria repercussões decisivas em sua própria trajetória e de toda a sua família.

A história acima relatada não passaria de um drama pessoal e que poderia não ter qualquer relevância histórica não fosse o fato do personagem ter se tornado um dos mais afamados cangaceiros da história do estado da Paraíba. Mas para além de uma mera tragédia familiar, a trajetória do cangaceiro Chico Pereira teve repercussões não só no ciclo de violências local, mas nas disputas de ordem política e nas ações de enfrentamento ao cangaço no estado da Paraíba, principalmente após o rumoroso ataque à Sousa no dia 27 de julho de 1924, ação da qual participou ativamente liderando, junto com os irmãos de Lampião, Antônio e Livino, o bando que saqueou a cidade. Sua trajetória pessoal, portanto, repercute dentro do próprio panorama político e social da Paraíba dos anos vinte.

Aqui, cumpre-se necessário relatar as dificuldades em se encontrar fontes históricas confiáveis para fins de estudo da trajetória de Chico Pereira. Embora tivesse tido alguma relevância como cangaceiro na época, a ponto de sua vida criminosa ter sido notícia em jornais de outros estados, Chico Pereira ficou à sombra de outros bandidos famosos como Lampião, Jesuíno Brilhante, dentre outros. Há

poucos estudos a respeito de sua trajetória e o livro *Vingança*, não é praticamente a única fonte histórica que relata a sua vida durante os anos em que se envolveu com o cangaço. E, como fonte, o relato do padre Pereira Nóbrega, embora mereça todo o respeito pelo esmero literário com o qual se dedicou, em linhas gerais, é parcial e impreciso, pela opção do recurso narrativo (trata-se propriamente de um romance e, portanto, o autor usa recorrentemente metáforas e outros recursos literários para ilustrar os fatos narrados), e pelo fato de ser o filho que, com o artifício da escrita, busca redimir a figura do pai. Mas isso não significa dizer que o livro *Vingança*, não deva ser dispensando como uma fonte histórica por conter parcialidades, omissões e imprecisões. É justamente por ser um documento que, assumidamente ou não, se omite ao tentar contar a história de Chico Pereira que o torna relevante e rico, por mais contraditório que isso possa parecer. O seu relato possui várias “pontas soltas” com as quais se abrem possibilidades de ampliar o objeto de estudo em torno da saga dos Pereira de Nazareth. Neste caso, pelos limites da pesquisa, tive que priorizar algumas em detrimento de outras.

Há, portanto, múltiplos caminhos a se enveredar para compreender as condições que produziram o cangaceiro Chico Pereira. Dentre eles, uma questão em especial tornou-se, para mim, proeminente: o que teria levado um jovem rapaz, de 23 anos, de uma família de posses e sem histórico de envolvimento com episódios de violência, a se tornar um cangaceiro? Teria sido um mero instrumento das circunstâncias sociais que suplantaram as suas vontades pessoais, e de certa forma, obrigaram-no a cometer um ato tão extremo? E em que medida o recurso da vingança, tão comum no sertão daqueles tempos, teria sido como uma espécie de desaguadouro no qual seria tragada não só a vida condenada de Chico Pereira, bem como a de outros indivíduos que, motivados por razões diversas, ingressariam também no caminho tortuoso do banditismo rural?

Não pretendo, com estas questões, tentar explicar o ingresso no cangaço como um fenômeno exclusivo das ações de vingança dos indivíduos. Nem estou corroborando com mistificações com as quais se pretendem justificar ações criminosas como resultado de injustiças não sanadas pelo Estado ou, também, descartar as vinculações de classe que tiveram importantes repercussões nesse fenômeno. O cangaço tem múltiplas causas e nenhuma explicação daria conta o suficiente de compreendê-lo em sua plenitude. Mas não se pode negar que a vingança, em alguma medida, teria servido de estímulo, dada a recorrência nas

trajetórias pessoais de alguns dos mais afamados bandidos do sertão, como no caso do próprio Lampião, dentre outros. Poderia ser algo além de um escudo ético, como afirma o historiador Frederico Pernambucano de Mello, uma mera justificativa moral para se redimir diante da comunidade local?

Foi a partir dessas questões que desenvolvi este trabalho monográfico. Para estruturá-lo, dividi o texto em três capítulos. O primeiro capítulo busca apontar as causas gerais dessa aparente ligação entre vingança pessoal e o ingresso no cangaço. Para entender o fenômeno da vingança, foi necessário lançar mão de estudos, da Sociologia à Antropologia, a respeito dos mecanismos de honra e tradição típicos do universo sertanejo do início do Século XX. A vingança era muitas vezes exercida como um direito de defesa, de reparação, daquele que, por razões diversas, cometia um ato violento contra quem provocou algum tipo de desfeita, dano ou prejuízo ao seu grupo familiar. No caso de Chico Pereira, vingar-se contra o responsável pela morte do patriarca da sua família impunha-se quase que como um dever moral, inadiável, inapelável, mesmo que a própria vítima tenha pedido para que não se realizasse tal vingança. O padre Pereira Nóbrega reforça várias vezes, ao longo do livro *Vingança, não*, a tese de que o seu pai havia sido compelido a cometer o ato de vingança por pressões da própria comunidade, que o cobrou para agir por conta própria diante da indiferença com a qual a polícia local tratou a prisão de Zé Dias.

A vingança era, portanto, um dever que caberia a um indivíduo da família, no caso, o primogênito, exercer. Nesse aspecto, um outro elemento importante se destaca: a representação do “cabra macho”, da masculinidade violenta e dos estereótipos sertanejos de masculinidade. Vingar-se não seria apenas reparar um mal exercido contra a sua própria família, mas preservar também a figura de homem respeitável diante da própria comunidade, contrapondo-se a comentários jocosos, maledicentes, que atribuíam a não consecução da violência à condição de um “homem frouxo”, ou seja, destituído dos valores fundamentais da coragem e da bravura que cada indivíduo masculino deveria possuir. Importante, também, compreender os papéis que cada gênero necessitava desempenhar na estrutura social sertaneja. A defesa da honra era uma prerrogativa dos homens enquanto que, para as mulheres, a noção de honra se restringia à preservação da castidade, na condição de solteiras, e da fidelidade ao marido, uma vez que casadas. No final do primeiro capítulo, se buscará compreender como os elementos apresentados anteriormente (honra e vingança) incidiram no fenômeno do Cangaço. Serão apontados alguns dos

cangaceiros mais famosos que tiveram a vingança como elemento primordial de suas trajetórias (Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino e Sinhô Pereira).

O estudo de caso deste trabalho monográfico, o do cangaceiro Chico Pereira, será aprofundado a partir do segundo capítulo. Com base nos relatos do padre Pereira Nóbrega em sua obra *Vingança, não*, que narra a trajetória de Chico Pereira no cangaço, além de outras fontes que reforçam, acrescentam, ou servem de contraponto às informações do relato principal, será feita uma investigação das circunstâncias históricas e do ambiente social e político que cercavam Chico Pereira no dramático episódio do assassinato do seu pai, em 11 de setembro de 1922, até a invasão de cangaceiros à cidade de Sousa no dia 27 de Julho de 1924. Nesse capítulo, portanto, se discutirão as razões da entrada de Chico Pereira no Cangaço e a tentativa de construção da imagem de bandido “honrado” feita pelo Padre Pereira Nóbrega.

O terceiro e último capítulo tentará reconstruir a trajetória de Chico Pereira como cangaceiro. A partir de levantamentos de jornais da época, será abordada a construção de uma outra faceta de Chico Pereira para além da imagem que o Padre Pereira tentou construir através do seu livro. No final do capítulo, as circunstâncias da morte de Chico Pereira serão abordadas, como o do processo que o levou à prisão, em 1928, a sua transferência para uma cadeia em Natal/RN e o suposto acidente com a viatura que o conduzia, levando-o à morte. Uma morte que foi tratada, oficialmente, como acidental, mas que apresenta fortes indícios de violência policial, como se verá adiante.

CAPÍTULO I: HONRA COMO PRINCÍPIO, VINGANÇA COMO FIM

É certo que todas as sociedades, em todos os tempos, se estruturaram de acordo com determinados padrões e códigos, estabelecidos pelas tradições e repassados de geração em geração, ano após ano. Esses padrões tiveram, nos primórdios das sociedades, funções de controle e manutenção da ordem social, determinando o que cada indivíduo poderia ou deveria fazer para ser aceito na comunidade. À medida em que a organização social se tornou mais complexa, a ideia de honra passou a coexistir com um sistema legal estabelecido, criando, por sua vez, uma série de dilemas e choques provocados pelo conflito intermitente entre os códigos tradicionais e as legislações vigentes¹.

Ao se refletir a respeito da sociedade sertaneja do início do século XX, é necessário buscar compreender a importância dos chamados “códigos culturais” que moldaram ações de indivíduos e grupos ao longo do tempo. Esses valores eram legitimados pelas tradições e heranças culturais que estabeleciam o que era certo e o que era errado para cada indivíduo. Tais tradições foram fortemente influenciadas pela Igreja Católica, que preconizava um modelo de moral e de virtude que tinha muita ascendência na estruturação das relações familiares e sociais na sociedade sertaneja. Adentraremos essa vereda aqui adiante.

1.1 Códigos, valores morais e honra no Sertão dos anos vinte

Dentre todos os valores socialmente reconhecidos, as noções de honra emergem como categoria fundamental para a compreensão da cultura sertaneja. Para Dória (1994, p.49) a honra, “tal como a conhecemos, como qualidade de pessoas e de famílias, é provavelmente tão antiga quanto o homem ocidental, e mesmo em sociedades tribais pode ser encontrada sob formas reconhecíveis.” No caso do Nordeste brasileiro, o autor atribuiu uma herança do que chamou de modelo ibérico de honra, sob o qual o indivíduo é ressaltado, em especial os homens, e a família é a base fundamental, acumulando as “virtudes” de seus membros. Para Dória:

¹Dentre esses choques, podemos reconhecer os crimes de honra, em que, muitas vezes, a violência era justificada em nome da preservação da honra pessoal e/ou familiar.

A honra é atributo da família sertaneja, apoiada em práticas ao mesmo tempo solidárias e conflituosas, correspondendo a um modo de controle social compatível com a sociedade que lá se gestou sob os influxos do colonialismo. A permanência destes valores para além daquela situação histórica deve ser buscada não na ausência de um poder público capaz de administrar justiça e, por isso, substituído na prática por um poder privado hipertrofiado. Ela expressou antes a necessidade de controles sociais rígidos que protegessem a família frente aos mecanismos de mudanças e aos desafios cotidianos que colocava em xeque sua preeminência enquanto agrupamento econômico, político e moral, constantemente ameaçado pela lógica competitiva que presidiu a montagem das estruturas de poder no sertão (DÓRIA1994, p.109).

Na sociedade sertaneja do princípio do século XX, os laços de sangue, as tradições religiosas, as noções de honra e os códigos de moral eram norteadores das condutas pessoais e elementos ativos nas relações entre a comunidade. Analisando livros de época e versos de cordéis, Barros constatou que alguns valores, como honra e coragem, são cantados como bens supremos, integrando o ideário da cultura sertaneja. Segundo a autora:

Proteção aos fracos, defesa das donzelas e da família, lealdade, valentia, respeito ao alheio, aos mais velhos, aos vencidos e à honra, progressivamente vão sendo apropriados como valores mais importantes, incorporando-se ao código, pela camada de pequenos proprietários autônomos, a categoria trabalho, não mais como infamante, mas como dignificadora. (BARROS, 2018, p.32)

Para ser reconhecida como uma pessoa honrada, era necessário desenvolver certos padrões de conduta que comprovassem, perante a esfera pública, o cumprimento integral dos valores estabelecidos. Os padrões de conduta variavam conforme determinados segmentos, como classe social, idade e, principalmente, gênero. É no papel que cada gênero desempenhava que se percebiam as mais recorrentes noções de honra.

A honra pessoal masculina se baseava em valores como coragem, lealdade e virilidade, cabendo ao indivíduo do sexo masculino a obrigação de demonstrar tais atributos quando exigidos, para fins de ser reconhecido e valorizado pela comunidade. No caso específico das mulheres, a preservação da castidade, enquanto solteiras, e a fidelidade e a submissão em relação aos seus maridos, enquanto casadas, eram considerados valores fundamentais. Em resumo, se para os homens, a defesa da honra dependia de uma atitude eminente proativa, pública e agressiva, no caso das mulheres,

tal defesa era exercida no recanto da esfera privada, no plano doméstico, e funcionava muito mais como um mecanismo de controle da sua própria sexualidade.

Em qualquer situação, era sempre do homem o papel de defesa da honra da família, seja a de seus membros individualmente, preservando a vida e a dignidade dos seus parentes, ou atuando na proteção do conjunto de valores e patrimônios do grupamento familiar (manutenção do status da família e preservação das propriedades, por exemplo). Para que a honra – seja pessoal ou familiar – fosse efetivamente defendida, era necessário, muitas vezes, lançar mão de meios violentos que restabelecessem o dano sofrido, decorrente de um episódio de ofensa, agressão ou qualquer outra conduta hostil e injuriosa. Quando os homens cometiam crimes passionais o faziam também como forma de preservação de sua própria imagem e da sua virilidade.

A violência, ao longo do tempo, esteve, muitas vezes, associada às noções de honra. Segundo Vellasco e Sutil:

Duelos e vinganças, tanto quanto a violência espontânea, eram formas recorrentes de defender publicamente a honra, fortemente alicerçada em noções de virilidade e valores morais que expressam os significados de gênero e seus papéis. A crescente monopolização da violência legítima pelo Estado e seus aparatos de vigilância e controle, sobretudo ao longo do século XIX, produz deslocamentos nos sentidos da honra e sua expressão social, processo que alguns autores definem como ‘espiritualização da honra’, bem como se alteram as formas de ação pelas quais homens e mulheres buscam afirmá-las socialmente através da reparação nos tribunais, ampliando o papel da justiça na intermediação dos conflitos. (VELLASCO; SUTIL, 2017, p.277).

No sertão, a honra pessoal e familiar estava em jogo a todo o momento. Disputas por terras, rivalidades entre famílias, desentendimentos pessoais e questões relacionadas à fidelidade e à reputação eram constantes, acabando por desembocar em rixas e rivalidades entre indivíduos ou grupos. Dessa forma, portanto, a honra não era apenas um atributo de valor de um indivíduo ou de um determinado grupamento social dentro da sociedade, mas elemento de disputa que, muitas vezes, motivava ações violentas entre as pessoas. A honra para ser preservada precisava ser defendida, e para tanto, o recurso das armas era algumas vezes indispensável. A seguir, buscaremos investigar o instituto da vingança como forma de preservação da honra familiar.

1.2 Vingança e a prática da justiça privada no meio rural do Nordeste

Como observado no tópico anterior, a sociedade sertaneja estava estruturada, em suas bases, pela instituição familiar. Era a partir dela e para ela que se organizavam as relações sociais. Qualquer ato que atentasse contra a honra da família seria percebido com uma grave afronta, o que poderia resultar em uma busca por vingança.

Havia inúmeras motivações para a prática da vingança: disputas por terra, roubo de gado, rapto, casos de infidelidade, assassinatos. Tudo o que houvesse por macular a imagem, a integridade dos familiares ou causar algum prejuízo financeiro à família, poderiam ser razões suficientes para se derramar o sangue alheio. As noções de honra eram encaradas como algo a ser preservado a todo o custo, pois, para muitas famílias, por serem desprovidas de poder político ou econômico, tinham a honra como praticamente o seu único patrimônio, no que, sem ela, ficavam completamente desprezadas e desacreditadas diante da comunidade.

Segundo Bussab e Luz (2004, p.214), “do ponto de vista etimológico, ‘vingar’ vem de *vindicar*, reclamar a restituição de uma coisa perdida, exigir a restituição de um direito e causar a punição ou o castigo, se assim julgar.” A vingança, portanto, era um recurso a ser exercido em caso de se sofrer uma ação grave ou danosa, e que tinha sua legitimidade reconhecida quando outras formas de reparação pareciam insuficientes ou inadequadas.

A família era um agente mantenedor da ordem vigente na sociedade sertaneja, mas, ao mesmo tempo, podia produzir ou agravar conflitos, as famosas lutas de famílias. O sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto, em seu livro *Lutas de Famílias no Brasil*, lançado em 1949, tentou lançar bases metodológicas para o estudo do tema no Brasil. Para tanto, dividiu-o seu ensaio em duas partes: na primeira, buscou as bases teóricas para o estudo do fenômeno. Na segunda, partiu para o estudo de casos de duas disputas entre famílias ocorridas em séculos e regiões diferentes do Brasil Colônia: o conflito ocorrido no século XVII entre os Pires e os Camargo, em São Paulo, e entre os Montes e os Feitosa no sertão dos Inhamus², no Ceará, no século XVIII.

²Esse conflito também foi objeto de estudo de Billy Jaynes Chandler no livro *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamus: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil, 1700-1930*. Tradução Alexander F. Caskey e Ignácio R. P. Montenegro. Fortaleza; Edições UFC ; Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1981.

Luís de Aguiar Costa Pinto apontou, nesse estudo, que as condições indispensáveis para o surgimento da vindita importavam:

1) na existência do laço de sangue como o mais forte laço social, em consequência de ser a sociedade de parentes grupo total, integrador de personalidade e determinante de seu status, e de outro lado, 2) a não existência ou a existência precária de um poder estatal super familiar, com autoridade e força bastante para atribuir-se a si mesmo o direito e o poder efetivo de único distribuidor de justiça, de mantenedor precípua da segurança e do equilíbrio na sociedade, pela imposição de um sistema de repressão que ela própria criou (PINTO, 1949, p.19)

Para Pinto (1949, p.27) a vingança, no que chamou de sociedades de parentes, fundamentadas na família patriarcal, era “dever irrestrito, indiscutível, sob pena de incorrer, quando não na pena de expulsão da família, certamente no descrédito e na condenação moral até dos membros de outras famílias.” O status da pessoa, segundo o autor, dependia do papel que cada um representava diante dos deveres de solidariedade do grupo.

No livro *Vingança, não* (1961), o padre Pereira Nóbrega apontou a pressão da comunidade como um fato determinante para que o seu pai, Chico Pereira, cometesse o ato de vingança contra o assassino do Coronel João Pereira. Para Nóbrega (1961, p.32), vingança era “um dever sagrado. Um dever que filhos herdavam de qualquer pai assassinado. E seria vergonhoso, seria desonra inominável, numa família enlutada pelo homicídio, não aparecer o vingador”. O autor afirmou que o povo “atizava o ódio” e colocava até em dúvida a própria masculinidade dos integrantes das famílias que não buscavam reparar a dívida de sangue. “Você não é homem!”, “não há homens na sua família”, “gente mole assim, é melhor vestir saia”, teriam sido as frases ouvidas pelos membros da família Pereira Dantas (NÓBREGA, 1961, p.32). Havia, portanto, uma espécie de código moral que distinguia os homens, especialmente os primogênitos. A vingança era uma questão de honra, de manutenção do patrimônio moral da família, e como tal, deveria ser exercida pelos sobreviventes. O próprio autor afirmou que sofreu, como o pai, pressões para também realizar a vingança.

Segundo Milner (2014, p.23) “não cobrar o sangue significa assumir perante todos fraqueza e, conseqüentemente, receber a pior das penas, a desonra pública.” O autor observou que cobrar uma dívida de sangue não era um direito e sim uma obrigação. Os parentes mais próximos ficavam com a incumbência de vingar o morto,

gerando, assim, ciclos de violência que poderiam se prolongar indefinidamente. Já para Pinto:

Ao desencadear a vingança a família luta por seus interesses, sua honra, seu culto, pela integridade de seus membros — tudo sem o que não conseguiria sobreviver. Daí a violência brutal da “vendeta”. Nela o vingador não procura abater necessariamente o autor do delito que se vinga, mas sim toda a família adversária (PINTO, 1949, p.21)

Pinto (1949, p.43) estabeleceu a hipertrofia do poder privado e a dispersão e fraqueza do poder público como as principais causas do problema da vingança privada no Brasil. Ao abordar tais aspectos, o autor apresentou uma discussão fundamental a respeito do papel do Estado em reprimir a prática da justiça privada. Sob seu ponto de vista, nas sociedades onde o Estado se encontra organizado política e institucionalmente, ele será capaz de concentrar em si a execução da justiça atuando como mediador em relação aos conflitos sociais, o que diminuiria a incidência das vinganças privadas.

No entanto, segundo Milner, a existência do Estado não acabou com a necessidade de zelar pela honra, mas gerou uma situação de conflito:

O Estado precisa resguardar para si, para justificar os seus mecanismos institucionais, o direito de punir e, conseqüentemente, criminaliza quem resolve fazer justiça por conta própria. A vingança oscila entre a legitimidade e o crime; para as leis do Estado, é criminosa porque somente as instituições do próprio Estado detém o monopólio em punir; por outro lado, a pressão social que induz a defesa da honra — que como nos exemplos apresentados pode ser formalizada pelos códigos tradicionais — legitima a ação individual, mantendo no indivíduo ou no clã/família a responsabilidade, a necessidade de reciprocidade (MILNER, 2014, p.37)

No caso do sertão, especificamente, a incidência da vingança não decorria, necessariamente, por uma ausência do Estado, mas por uma desconfiança geral na imparcialidade do sistema formal de justiça. Havia uma percepção de que as forças de segurança e a Justiça eram corruptas e atuavam em favor dos poderosos, o que gerava uma sensação de impunidade, motivando a busca por outros meios para a resolução de conflitos. O padre Pereira Nóbrega apontou a falta de justiça como uma razão para que se cometessem atos de vingança:

O flagelo mais se agravava com a falta de justiça. A polícia era de um partido. Era do governador do Estado, naqueles tempos, dito

presidente. Se alguém fosse seu correligionário, podia tranquilo matar. A polícia não prendia. Não tocava. Não buscava sequer. Dizia que buscava sem achar (NÓBREGA, 1961, p.32-33)

Fica claro, portanto, que o Estado não foi capaz, por si, só, de resolver todos os aspectos que motivavam vinganças, uma vez que também estas tinham origens em tradições culturais, como o senso de honra, além da percepção comum de que a Justiça atuava de forma parcial e tendenciosa. Além disso, a apropriação privada das instâncias de poder estatal atuou mais como incentivo para a continuidade de formas privadas de conflitos – e para a realização de vinganças pessoais e de lutas de famílias – do que necessariamente como um impedimento. Uma prova disso é o célebre caso de Exu/PE, quando dos anos 20 aos 80 do século XX, duas famílias promoveram um círculo de vinganças que se tornou célebre no país.

No próximo tópico, apontaremos como a vingança, uma prática, conforme visto, muito comum na sociedade sertaneja do início do século XX, foi capaz de motivar o ingresso de inúmeros sertanejos no cangaço e como as origens de classe tiveram uma importância na convergência entre esses dois fenômenos sociais.

1.3 A vingança como porta de entrada para o cangaço

Na história do cangaço, as vinculações entre o fenômeno da vingança e a entrada no banditismo são relativamente frequentes, com a ocorrência de casos emblemáticos envolvendo, principalmente, alguns dos principais líderes de bandos armados. A própria literatura – como os cordéis que retratavam a história de cangaceiros e os romances especializados – explora o tema enfatizando as ações de vingança que, quase sempre, eram retratadas como atos de bravura daquele tipo de sertanejo valente e destemido.

Entretanto, na historiografia a respeito do tema, ocorrem algumas divergências a respeito da real importância de tal vinculação. Segundo Mello (2004, p.116), por exemplo, a vingança não foi a principal força emuladora de vocações para o cangaço. Disse o autor que:

Os bandidos que sinceramente a esta se dedicaram não foram os de maior celebridade nas armas. Tiveram período de lutas de duração relativamente pequena, quase nunca ascendendo à chefia de grupo. O escasso período de atividade devia-se ao fato de que, realizada a vingança ou constatada a impossibilidade de levá-la a efeito, tornavam à vida normal, até porque a amargura daquele dia a dia áspero e não

desejado bem lhes revelava a inadaptação às exigências do cangaço (MELLO, 2004, p.116)

Certamente, quando se referia a esse tipo de cangaceiro, o autor considerou apenas aqueles que foram motivados, única e exclusivamente, por razões de vingança e, por ela continuaram a agir até que fosse finalmente alcançada, cessando, a partir daí, as razões para a sua permanência no banditismo. Seria o cangaço de vingança em estado puro. Contudo, as razões para a entrada nem sempre permaneciam como motivos para a permanência, ocorrendo, na prática, a existência de formas que se intercambiavam. O próprio Frederico Pernambucano de Mello quando estabeleceu três modalidades de cangaço (meio de vida, vingança e refúgio) reconheceu a possibilidade de haver o que denominou de fenômeno da *transtipicidade*, ou seja, quando um cangaceiro atuava em uma e outra modalidade, embora quase sempre uma única forma predominasse em sua trajetória.

Pericás (2010, p.36), contudo, observou que a vingança era uma motivação frequente para a entrada no cangaço, muito embora não fosse exclusiva:

Assim, o que podemos concluir, em caráter preliminar, é que o ingresso no cangaço normalmente — mas não exclusivamente —, se dava por disputas e vinganças familiares (ainda que esse fosse apenas o discurso para justificar suas decisões), e não para corrigir ou combater (mesmo que de forma consciente) injustiças sociais (certos pesquisadores chegam até mesmo a dizer que 90% desses bandidos ingressaram na criminalidade por motivo de vindita).

José Américo de Almeida em *A Paraíba e Seus Problemas* (1980, p.558) atribuiu a um “impulso exterior” a motivação para o cangaço, “as mais das vezes, por um preconceito comum, como no homicídio por vingança. É, portanto, um criminoso por paixão premeditada.”

Embora haja discordância a respeito da real importância da vingança como motivação para a entrada no cangaço, é inegável que tenha havido uma intersecção entre os dois fenômenos. Conforme discutido anteriormente, os casos de vingança entre famílias eram frequentes no Brasil Colônia, antes mesmo do cangaço propriamente dito, e a sua ocorrência ainda era bem comum durante o início do século XX, especialmente no sertão nordestino. O cangaço, nesse caso, tornou-se uma espécie de receptáculo das mais variadas formas de violência, sejam propriamente as que ocorriam por recurso de vindita, ou por outras motivações de ordem social ou econômica.

Na tentativa de explicar as relações entre o cangaço e a vingança, Mello (2004, p. 126-127) desenvolveu a teoria do escudo ético, segundo a qual o cangaceiro tinha “a necessidade de justificar-se aos próprios olhos e aos de terceiros” fazendo da vingança uma espécie de dever, uma missão irrecusável. O autor definiu que se tratava de um “artifício mental orientado no sentido de dar vida, presença e atualidade a causas inexistentes ou que perderam seu valor, com o fim de encobrir moralmente a permanência de efeitos” (MELLO, 2004, p.132). Esse escudo ético servia para que os bandos de cangaceiros fossem relativamente tolerados uma vez que, através dele, se faziam distinguir do bandido comum, aquele que pratica roubos, um crime considerado abominável na sociedade sertaneja.

Como veremos adiante, alguns bandoleiros famosos tiveram, em maior ou menor grau, a vingança como elemento ativo das suas ações no cangaço. Estes, em sua maioria, eram oriundos de famílias de posse, sejam ricos ou médios proprietários, o que afastaria a possibilidade de terem se tornado cangaceiros por falta de perspectivas financeiras, revolta contra injustiças sociais ou superexploração da sua força de trabalho. Para exemplificar em casos específicos, citaremos, de forma breve, passagens biográficas de três importantes personagens: Jesuíno Brilhante, Antônio Silvino e Sinhô Pereira, na sequência de quando cada um surgiu no cangaço.

Jesuíno Alves de Melo Calado, conhecido como Jesuíno Brilhante, é considerado um dos primeiros cangaceiros da história. Ele nasceu em Patu, interior do Rio Grande do Norte, no ano de 1844. Filho de uma família da aristocracia rural sertaneja, teria ingressado no cangaço em 1871 após desavenças entre a sua família e a família Limão, o que teria motivado uma surra que o seu irmão levou no meio da rua, na cidade de Patu.

Segundo Ramalho (1996, p.15), durante a seca de 1877, Jesuíno assaltava os comboios de mantimentos enviados pelo governo da província do Rio Grande do Norte e os distribuía, de acordo com os seus critérios, para os flagelados, vítimas da fome e da seca. Foi considerado uma espécie de bandido romântico, um “Robin Hood” do sertão, conquistando, inclusive, uma certa dose de simpatia e apoio por parte da população local. Para Calado:

Assim, forjou-se o perfil do homem dotado de virtudes, sujeito conhecedor das tarefas campestres, trabalhador que casou e constituiu família, mas que possuía a capacidade de vingar-se e ao mesmo tempo ser justo. Uma vez incorporado ao cangaço, passa a figura como chefe

bandoleiro habilidoso, possuidor de táticas de comando. As pessoas passaram a demonstrar admiração a esse indivíduo, considerado e apontado como homem de palavra, honrado, consequentemente, logo adquire certo prestígio, reconhecimento. Vale lembrar que esta sociedade moldava-se ancorada no valor social da palavra, que regia as relações entre os indivíduos (CALADO, 2015, p.30).

Percebe-se, no seu caso, a preocupação com uma espécie de ética do crime, numa busca permanente em angariar apoio e simpatia da população. Para ser bem aceito, agia como se fosse um justiceiro, sendo benevolente com os mais pobres, muito embora, segundo Pericás (2010, p.51), costumasse frequentar as casas de famílias proeminentes da cidade de Mossoró e possuía um advogado para lhe representar em face das ações criminais as quais respondia. A existência de Jesuíno Brilhante no cangaço foi breve: acabaria morrendo em uma emboscada policial no ano de 1879.

Já Manoel Batista de Moraes, verdadeiro nome de Antônio Silvino, teve a morte do pai como motivação principal para se tornar cangaceiro. Ele nasceu em 2 de novembro de 1875 em Afogados da Ingazeira, no estado de Pernambuco. Antônio Silvino era descendente de famílias importantes da região: os Brilhantes, família de sua mãe, Balbina Pereira de Moraes, e os Cavalcanti Ayres, por parte de seu pai, Pedro Baptista Rufino de Almeida (DANTAS, 2006, p. 22). Seu pai acabou sendo assassinado por divergências com um fazendeiro vizinho por conta de um bebedouro para o gado. Segundo Oliveira Júnior (2010, p.51) a família de Antônio Silvino procurou os meios legais para fazer justiça. Os assassinos chegaram a ser presos, entretanto, quando estavam sendo levados para o júri, a escolta policial responsável pela condução dos presos permitiu que fugissem. Revoltado, Manoel Batista entrou, junto com o seu irmão, Zeferino, no bando do seu tio, Silvino Aires. Em 1898, com a prisão de Aires, assumiu o comando do bando, adotando o nome de Antônio Silvino.

Antônio Silvino foi o cangaceiro de maior fama antes da chegada de Lampião, recebendo os títulos de “rifle de ouro” e “governador dos Sertões”. Atuou como cangaceiro por quase duas décadas até ser preso, em 1914, após ficar ferido em um tiroteio com a polícia no agreste de Pernambuco. Foi solto após um indulto do presidente Getúlio Vargas, em 1937. Passou os últimos meses de vida morando na casa de uma parente, em Campina Grande, na Paraíba, falecendo em 1944.

Por último, temos Sebastião Pereira e Silva, o Sinhô Pereira. Ele nasceu em 1896, na Vila Bela, atual Serra Talhada, na região do Pajeú, Pernambuco. Segundo Mello (2004, p.145) tanto Sinhô Pereira, quanto o seu primo, Luís Padre, foram netos

do Coronel Andreelino Pereira da Silva, o barão do Pajeú, e descendentes de um comendador da Ordem da Rosa, do Primeiro Império.

A família Pereira, do Pajeú, tinha desavenças políticas com a família Carvalho desde o fim da década de 1840. As rivalidades entre os dois clãs se intensificaram a partir de 1907, com o assassinato do líder político dos Pereira, Manoel Pereira da Silva Jacobina, conhecido como Padre Pereira.

Sinhô Pereira constituiu o seu bando em 1916 após o assassinato de um de seus irmãos mais velhos, conhecido como Né Dadu, que tinha iniciado o ciclo de vinganças contra os Carvalhos por conta da morte do Padre Pereira. Conforme Ramalho (1996, p.38) Sinhô Pereira afirmou ter entrado no cangaço para vingar a morte do irmão e por sua total falta de esperança na justiça dos homens e do governo.

Contudo, ao contrário dos outros dois casos citados anteriormente, Sinhô Pereira abandonou em definitivo o cangaço aos 26 anos de idade, em 1922, junto com o seu primo, Luís Padre. Ambos migraram para Minas Gerais e Goiás, respectivamente, entregando a chefia do bando para um parente distante que também teve o pai assassinado em confronto com a polícia: Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião.

Chama a atenção as origens de classe dos cangaceiros vingadores. Mello (2004, p. 147) afirmou que, diferente das origens humildes dos representantes do que ele chamou de cangaceiro profissional, o cangaceiro de vingança geralmente pertencia a famílias de posse. Segundo Pericás (2010, p.29), “eram os próprios membros das famílias proeminentes do sertão (como os filhos mais velhos, por exemplo), que se encarregavam de levar a cabo a vingança familiar. E eram vários desses mesmos indivíduos que se tornavam as principais lideranças do cangaço moderno.”

No próximo capítulo, abordaremos com mais detalhes o caso do cangaceiro Chico Pereira, personagem principal desse trabalho. Na sua trajetória, estiveram presentes algumas das características e precondições que motivaram os cangaceiros que apresentamos anteriormente, como as vinculações de classe e, em especial, a ocorrência da vingança, mesmo que exercida em circunstâncias especialmente distintas, como veremos adiante.

CAPÍTULO II: O CASO CHICO PEREIRA E O CANGAÇO DE VINGANÇA

Após analisar as noções de honra, tão presentes na cultura sertaneja do início do século XX e que originavam, em certos momentos, episódios de vingança, relacionados principalmente às disputas de família, vamos tratar, neste capítulo, das condições gerais e das circunstâncias, políticas e sociais, que teriam influenciado Francisco Pereira Dantas a entrar no cangaço. Iremos detalhar o assassinato do Coronel João Pereira, patriarca da família Pereira Dantas, e como isso pode ter motivado as ações de vingança de Chico Pereira, notadamente nos episódios do assassinato de um dos acusados da morte de João Pereira, conhecido como Zé Dias, e na invasão à cidade de Sousa, em julho de 1924.

2.1 O padre Francisco Pereira Nóbrega e a obra *Vingança, não*

Antes de adentrar na história de Chico Pereira e os caminhos que o levaram até o Cangaço, é necessário fazer algumas considerações a respeito da principal fonte documental relacionada à trajetória do cangaceiro: o livro *Vingança, não*, publicado em 1960 pelo padre Francisco Pereira Nóbrega. O padre Pereira Nóbrega não foi um escritor qualquer que resolveu se aventurar na história de Chico Pereira: era o filho mais novo do próprio cangaceiro. Carregou, inclusive, o fardo de possuir o mesmo nome do pai, repleto de tragédias. Nasceu em 24 de abril de 1928 em Nazarezinho/PB. Quando seu pai foi encontrado morto em uma estrada próxima ao município de Currais Novos, no Rio Grande do Norte, tinha pouco mais de seis meses de vida. Portanto, nunca chegou a conviver com ele. Entretanto, a sombra da sua história errática e sofrida o perseguiu desde a juventude. Talvez por isso, e para de alguma forma libertar a si próprio e a sua família das marcas de um período de dor e violência, resolveu lançar uma obra de resgate da memória e dos fatos em torno da trajetória de Chico Pereira.

Francisco Pereira Nóbrega concluiu seus estudos primários na cidade de Cajazeiras/PB. Na sequência, ingressou no Seminário Arquidiocesano da Paraíba, onde se ordenou padre. Posteriormente, mudou-se para a França, e na Universidade Católica de Paris, fez o curso de Literatura e concluiu doutorado em Filosofia. Em Roma, na Pontifícia Universidade Gregoriana, concluiu os cursos de licenciatura e mestrado em Teologia. Viajou por toda a Europa, tornando-se fluente em vários idiomas (português, francês, italiano, espanhol, alemão, sueco e grego).

Com uma rica formação na bagagem, Francisco Pereira Nóbrega retornou ao Brasil. Lecionou a disciplina de Filosofia no Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFHC), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), entre 1966 e 1968, sendo demitido pela ditadura em decorrência do AI-5 e retornando a essa instituição no final dos anos 70, como professor titular do Departamento de Filosofia, implantando ali o primeiro programa de mestrado em Filosofia. Além do trabalho acadêmico, colaborou com diversos jornais locais. Foi redator de *A Notícia*, *A Imprensa*, *Correio da Paraíba* e *Correio Braziliense*. Escreveu, por muitos anos, crônicas para o jornal *Correio da Paraíba*. Além de *Vingança, não*, publicou mais cinco livros, entre crônicas, reflexões teológicas e Filosofia, principalmente relacionada ao estudo do filósofo germânico Georg Wilhelm Friedrich Hegel (foi um grande especialista em Hegel no Brasil). Ingressou na Academia Paraibana de Letras em 24 de abril de 1981, assumindo a 33ª cadeira.

Francisco Pereira Nóbrega largou o sacerdócio em 1968, e no ano de 1971, casou-se com Lúcia Aparecida Moura Pereira Nóbrega. O casal teve três filhos: Melissa, Marama e Francisco. Faleceu em 2007, na cidade de João Pessoa, aos 78 anos de idade, vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC)

O livro *Vingança, não* foi prefaciado pela escritora cearense Rachel de Queiroz, autora do clássico da literatura brasileira, *O Quinze*. Nesse prefácio, Queiroz define que o livro foi escrito “com sangue do coração desse homem que nos conta história. Livro em que cada palavra lhe deve ter doído fundo na carne – senão ao mesmo tempo a libertação de um peso – e que terrível, que espantoso peso.” (QUEIROZ, 1961, p.6)

Em uma resenha publicada na revista *O Cruzeiro*, em 1960, Rachel de Queiroz apresentou ao grande público a obra *Vingança, não*. Naquele momento, o livro tinha sido recém publicado pela Livraria Freitas Bastos. Nessa resenha, Queiroz justifica a escolha do autor em escrever o livro em formato de romance:

O autor lhe deu a forma de romance e fez muito bem, porque as suas reais qualidades literárias lhe indicavam naturalmente o caminho da obra de arte como o melhor feitiço para a sua narração. Mas creio que também pesou essa escolha de forma literária a necessidade que sentia o escrito de liberdade na narrativa, fugindo às estreitas contingências do depoimento. Além do mais, colocando-se na posição privilegiada do romancista – de certa forma ubíquo e onisciente – ele foge a qualquer desvio passional pró ou contra. E esse é talvez o seu mérito maior; escrevendo um livro pesado de tragédias, não se deixou arrastar ao libelo nem à defesa. (REVISTA O CRUZEIRO, 10 DE SETEMBRO DE 1960)

A resenha de Rachel de Queiroz acabaria, de certa forma, contrariando o que o próprio padre Pereira Nóbrega escreveu a respeito da sua obra quando afirmou que “nada é Romance. Tudo é depoimento” (NÓBREGA, 1961, p.11). Certamente, por rejeitar a ideia de escrever um romance, Pereira Nóbrega estivesse repelindo, na verdade, a impressão de que tenha produzido uma obra de caráter ficcional. E fez ressalvas de que se baseou, quase na totalidade, de depoimentos de testemunhas visuais.



Figura 01 – Capa da edição original de Vingança, não (1960). Disponível em: <https://sebodomesias.com.br/livro/sociologia/vinganca-nao.aspx>. Acesso em: 2 jun. 2023

Ao afirmar que, se tivesse convivido com o pai, talvez não soubesse tão bem o que estaria contando, reforçou a importância das testemunhas e seus relatos. Segundo ele, “o mesmo episódio, contado por diversos, completa, ressalta aspectos que um só, que eu testemunhando, não teria aprendido” (NÓBREGA, 1961, p.12).

A preocupação em se colocar como um narrador imparcial da história de Chico Pereira, embora sendo filho dele, foi central nas linhas do Padre Pereira Nóbrega. Para justificar a sua isenção, afirmou que o pai foi alguém que ele nunca viu conscientemente e que, portanto, não tomou nenhum partido com relação ao teor do relato. E assim, estabelece o seu lugar de fala: não era o filho narrando, e sim um historiador, alguém

que, por dever de ofício, deve se afastar das paixões, emoções pessoais e das tendências para que elas não contaminem seu relato.

E, mais uma vez, refutou a ideia de que tenha escrito um romance, afirmando que “poderia escrever em forma de romance, mas não quis. O real constrói mais que o imaginário. Por isto este livro é, antes de tudo, um depoimento. Todos os fatos são verdadeiros.” (NÓBREGA, 1961, p.14).

Mesmo considerando o peso e o caráter de veracidade dos relatos, o autor reconheceu que as suas informações, muitas vezes, são dúbias ou até mesmo contraditórias. Nesse aspecto, afirmou ter atuado como se fosse um selecionador, como alguém que, ao conhecer a natureza de tais relatos, e pelo confronto apresentado entre eles, conseguiu extrair “o mais provável deles”.

Além dos testemunhos orais, o padre Pereira Nóbrega também destacou a pesquisa documental que realizou para escrever o livro. “Para este trabalho de precisão histórica, fui encontrar, em seis comarcas de três Estados nordestinos, processos criminais, somando para mais de mil e quinhentas páginas. Confirmara a tradição oral bem mais do que eu esperara”. (NÓBREGA, 1961.p.17).

O livro *Vingança*, não foi bem sucedido na época do seu lançamento, em 1960. Por conta disso, uma segunda edição foi lançada no ano seguinte, em 1961. Entretanto, demoraria quase três décadas para vir a público uma nova edição, em 1989. A quarta edição foi lançada em 2002, patrocinada pela Fundação Espaço Cultural (FUNESC). A obra serviu de fonte documental para três trabalhos de conclusão de curso a respeito de Chico Pereira, publicados na década passada: *Histórias do Cangaço e da vida de Chico Pereira a partir da obra “Vingança, Não”*, apresentado por Ana Lúcia Rodrigues, em 2012, para obtenção do título de licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus de Guarabira; *Histórias e memórias da trajetória de Chico Pereira no cangaço na cidade de Nazarezinho-PB (1918-1928)*, apresentado por Samara da Silva Andreino, em 2015, para obtenção do título de licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras; e *Nas Redes das Memórias: As Múltiplas Faces do Cangaceiro Chico Pereira*, monografia apresentada por Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento, em 2016, para obtenção do título de licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras.

Dos três trabalhos mencionados, apenas o de Sarmiento se propôs a discutir, de fato, a narrativa do Padre Pereira Nóbrega no livro *Vingança, não*. Sarmiento se

debruçou nas construções memorialísticas em torno da imagem de Chico Pereira, atribuindo um tipo de construção negativa produzida pelos jornais da época e por documentos oficiais, que retratavam Chico Pereira unicamente como um criminoso. Para Sarmiento (2016, p.46), a memória “redentora” viria através da reconstrução da imagem de Chico Pereira feita pelo Padre Pereira Nóbrega, em *Vingança, não*.

Segundo Sarmiento (2016, p.47), no ofício do sacerdócio, Francisco Pereira Nóbrega teve as suas pregações conhecidas pelo apelo social e político, refletindo o seu engajamento na chamada Teologia da Libertação, corrente teológica e social que surgiu dentro da Igreja Católica, na América Latina, durante os anos 60. Para Sarmiento,

Diante de um passado cuja memória foi negativada pelas inscrições “malditas” sobre o corpo de Chico Pereira, Pereira Nóbrega buscou capitalizar o corpo do pai para reescrevê-lo por meio dos seus interesses e partindo do seu lugar de produção (família e Igreja Católica). Para isso, ocupou a função de “guardião da memória” de Chico Pereira, passando a narrar sob sua ótica os acontecimentos, que deveriam ser lembrados e esquecidos, relativos à história do seu genitor, tentando, assim, apagar os possíveis equívocos das inscrições que habitavam o corpo de Chico Pereira. (SARMENTO, 2016, p.50)

Certamente, quando Pereira Nóbrega escreveu *Vingança, não*, na condição de sacerdote e aos trinta anos de idade, acreditou, de fato, que tenha se mantido distante e equilibrado em sua narrativa como um historiador pretensamente isento, que se ocupa unicamente dos fatos. Entretanto, ao “cotejar” a sua narrativa com outras fontes bibliográficas, se observa o esforço que realizou para aliviar o peso da responsabilidade do próprio pai a respeito dos seus próprios atos. Para Pereira Nóbrega, Chico Pereira tornou-se cangaceiro unicamente pela força das contingências pessoais, e mesmo tendo sido de uma família influente da vila de Nazareth, foi vítima dos poderosos de Sousa, os quais, por questões políticas, mandaram assassinar o seu pai e, posteriormente, atuaram para perseguir a ele e a sua família, obrigando-o a se armar para se proteger.

Não há, entretanto, razão para acreditar que tenha inventando situações ou atuado deliberadamente para mentir ou omitir. Contudo, muito provavelmente pelo fato de ter um inegável envolvimento pessoal na história que buscou retratar, Pereira Nóbrega acabou promovendo omissões importantes a respeito da trajetória de Chico Pereira, apagando do seu relato alguns episódios da vida cangaceira do pai,

principalmente as ocorrências criminosas que serão abordadas mais adiante, no terceiro capítulo.

2.2 Panorama social e político do município de Sousa

Francisco Pereira Dantas nasceu no ano de 1900 na fazenda Jacu, uma propriedade voltada à atividade agrícola e à criação de animais, e que estava localizada na vila de Nazareth (atual cidade de Nazarezinho), pertencente à cidade de Sousa, na Paraíba. Francisco foi o primeiro filho do Coronel João Pereira da Silva e de Maria Egilda Dantas. Teve como irmãos Abdias, Abdon e Aproniano Pereira, e como irmãs, Angelina, Maria e Hosminda Pereira Dantas (SARMENTO, 2016, p.29).

Segundo Pereira Nóbrega (1961, p.37), a posição social de João Pereira, um coronel, garantia mais tranquilidade à família. Além da fazenda Jacu, ele era dono de um pequeno comércio na vila de Nazareth. João Pereira se preocupava com o sustento dos três filhos: um deles, Abdon, mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar medicina, o que gerou novas despesas para a família, obrigando o coronel a buscar outras fontes de renda. Não se tratava, portanto, de um grande proprietário da região de Sousa, mas tinha sua influência política, sendo considerado o maior líder político de Nazareth, e por isso, acabou nomeado como delegado da vila.

Segundo informações do *Diccionario Geográfico e Ethnográfico do Brasil*, lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) por ocasião da comemoração ao centenário da independência, em 1922, Nazareth era um povoado em ascensão. Foi descrito como:

Florescente povoação de umas setenta casas à margem do riacho Trapiá e a 26 km de Sousa. Fica em zona agrícola. Sua feira é bem animada e de regular movimento commercial. Tem uma capella e uma escola pública municipal. Conta o povoado com cerca de duzentos habitantes. Fica no districto, no logar Olho d'Água do Frade, um poço cujas águas nunca seccam. (DICCIONÁRIO GEOGRÁFICO E ETHNOGRÁFICO DO BRASIL, 1922, p.709)

A cidade de Sousa está localizada na mesorregião do Sertão, cerca de 438 km de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. No início do século XX, era uma das mais pujantes cidades do sertão paraibano. Sua economia estava baseada na pecuária e, principalmente, no plantio de algodão. Aos poucos, uma classe de proprietários rurais e

de pequenos comerciantes se estabeleceu, diversificando a estrutura social do município (OLIVEIRA, 2012, p. 28). Sousa se desenvolveu às margens do Rio do Peixe (GADELHA, 1986, p.124), o que, naturalmente, facilitou o acesso de água para a comunidade local. Mesmo com tão privilegiada situação, Sousa também sofria com os efeitos da seca. Foram registradas na cidade grandes períodos de seca de 1791 a 1793, em 1825, 1845, além da terrível seca de 1877 a 1879. A memorialista Julieta Pordeus Gadelha mencionou em seu livro *Antes Que Ninguém Conte* (1986) uma descrição de Celso Mariz a respeito da seca de 1877:

“Seguiram-se os anos da horrível seca chamada de 1877, que assolou toda a província e maior parte do Nordeste. Foi a seca mais mortífera e desorganizadora de nossa história. Os sertanejos se deslocaram em massas para os pontos menos atingidos do brejo e da mata, concentrando-se em maiores lavas na capital. Não há descrição bastante vivaz para a fome, o êxodo e consequente morticínio que se produziram. (MARIZ apud GADELHA, 1986, pág. 133).

Em 1915, ocorreu outra grande seca – retratada literariamente no célebre romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, a mesma escritora que acabou resenhando a obra *Vingança*, não décadas depois – com impactos devastadores na região, levando à fome, saques e violências, além da emigração de parte de sua população para outras regiões, nas capitais nordestinas e para o Centro-Sul do país. Embora a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs) – autarquia federal encarregada de planejar e executar investimentos na construção de açudes e outras obras relacionadas aos recursos hídricos – tenha sido criada pelo governo federal no ano de 1909, quase nada tinha sido feito na Paraíba até então (GADELHA, 1986, p.134). A situação mudaria com a chegada de Epitácio Pessoa, chefe de importante oligarquia paraibana, que foi alçado ao cargo de presidente da República no ano de 1919 e que encerrou seu mandato no ano de 1922.

Em função desses vínculos com a região, Epitácio realizou no Nordeste uma série de investimentos no combate à seca, como forma de combater o flagelo e garantir sua base de sustentação política. A Paraíba, como seu principal reduto eleitoral, recebeu parte considerável desses investimentos. Um dos açudes construídos foi o de São Gonçalo, na região de Sousa, a cerca de 10 quilômetros de distância do povoado de Nazareth, onde se ressaltava a liderança local do coronel João Pereira. A partir de 1920, começaram a ser desapropriadas e indenizadas algumas propriedades rurais para a sua

construção. A construtora norte-americana DWIGHT P. RIBINSON & Cia foi contratada para realizar a obra, que se iniciou no ano de 1921.

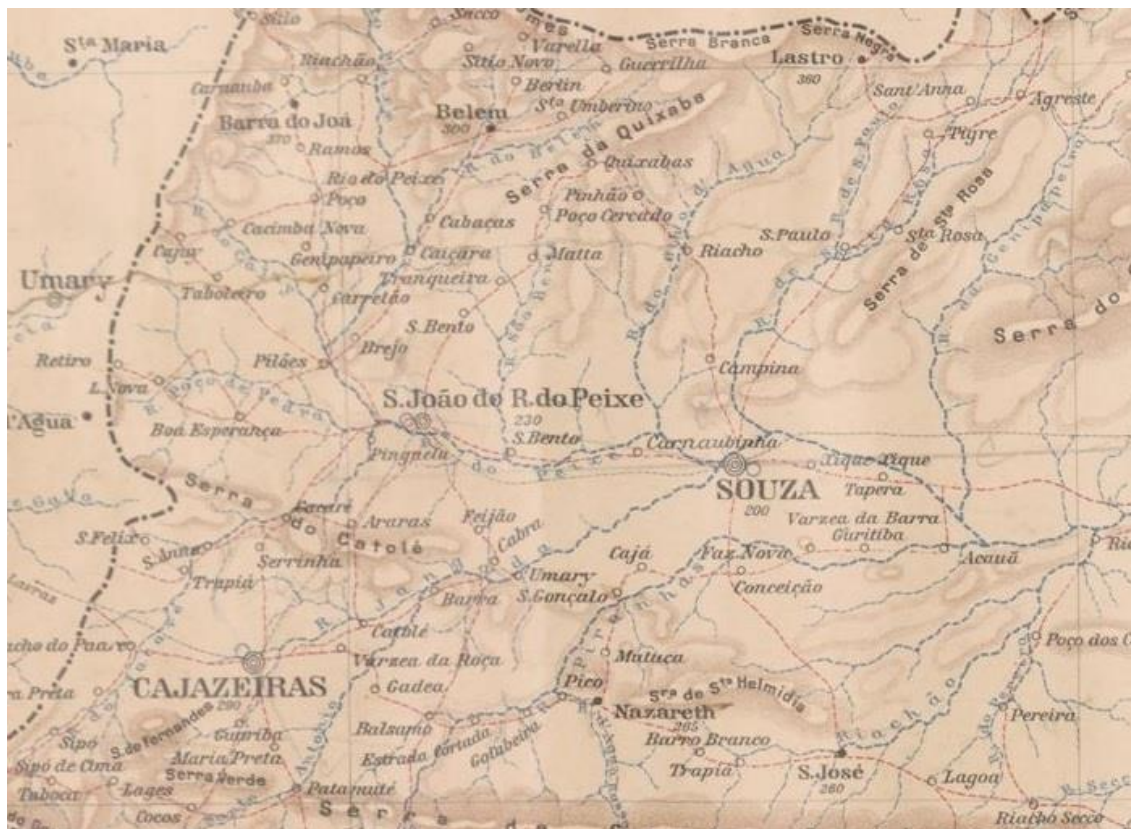


Figura 02 – Mapa da Paraíba em 1915, onde destacamos a região de Souza, com a localização dos antigos povoados de Nazareth e São Gonçalo. de Disponível em: <https://i.pinimg.com/originals/0a/7d/e1/0a7de1bcc5fb21d1b91fee5ca5f2007f.jpg>. Acesso em: 2 jun. 2023

Com o início das obras, executadas pelo governo do Estado, imigrantes de várias regiões do Nordeste chegaram a São Gonçalo. Tal contingente, naturalmente, acabaria por formar um mercado consumidor de grande potencial. O Coronel João Pereira, pai de Chico Pereira, enxergou ali uma oportunidade de ampliar os seus negócios e resolveu montar um barracão para a venda de produtos de primeira necessidade. Além da prosperidade que o negócio parecia representar, havia também o interesse político. São Gonçalo prometia se transformar em um grande reduto eleitoral (NÓBREGA, 1961, p.38)

Para a construção do açude de São Gonçalo, conforme mencionado anteriormente, foram indenizadas algumas propriedades. Uma delas foi a fazenda pertencente aos Rocha. João Ferreira Rocha, o proprietário, era do partido rival do coronel João Pereira. Por influência política, tornou-se o delegado de São Gonçalo, a

vila que surgiu por conta da construção do açude. O coronel João Pereira, por sua vez, seria escolhido para ser o delegado do distrito de Nazareth. Com uma lei municipal que obrigava o desarmamento da população, andar armado era privilégio de poucos e acabava sendo vendido a peso de voto pela política. Contudo, foram criadas exceções, liberando o porte de armas nos limites do açude para os guardas da Inspetoria de São Gonçalo. Estes homens compunham uma espécie de polícia interna a serviço do IFOCS (NÓBREGA, 1961, p. 51).

Antes de prosseguir com a rivalidade entre os Pereira e os Rocha, é necessário compreender o quadro de disputas políticas que ocorria na cidade de Sousa nesse período e de que forma as famílias proprietárias se dividiam em diferentes grupos, o que tornariam ainda mais tensas as relações entre as famílias locais, acirrando rivalidades e disputas pelo poder. Era esse poder municipalizado, “paroquial”, que ajudava a sustentar a chamada Primeira República, período que se inicia com a proclamação da República, em 1889 e vai até a Revolução de 30. Faoro define um aspecto importante da figura do coronel, que exercia esse poder local:

O coronel fazia a política e complementava a administração pública, no âmbito municipal, dentro do partido, partido único mas não monolítico, tumultuado na base por dissensões de famílias e grupos, sedentos da conquista do poder, que, por não reconhecido burocraticamente, se volatiliza, entregue às ambições e aos interesses. O coronelismo se manifesta num “compromisso”, uma “troca de proveitos” entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural (FAORO, 2012, p. 710-711)

Para Gadelha (1986, p.105), Sousa era uma das cidades do sertão com uma das mais acirradas disputas políticas. As eleições mobilizavam todos os grupos familiares, cada um defendendo o seu partido e os seus interesses em âmbito local. Segundo Nóbrega (1961, pág.80), a política era a força motriz das disputas intrafamiliares: “cada família tinha seu partido, se ligava a outras famílias, a outros coronéis. As próprias autoridades locais se dividiam, pela política, apoiando as forças em litígio”.

A cidade estava dividida por dois grupos políticos: os Urucubacas e os Bacuraus. O primeiro grupo era encabeçado pela família Gomes de Sá e detinha o comando da prefeitura. O patriarca da família, João Alvino Gomes de Sá, havia sido nomeado prefeito entre os anos de 1904 e 1906 e o seu filho, José Gomes de Sá, era o prefeito desde 1915. Esse grupo político contava com o apoio de diversas lideranças locais, a exemplo dos Pereira de Nazareth (SARMENTO, 2016, p.30). O segundo grupo, os

Bacuraus, eram chefiados pelos Mariz, através das figuras do patriarca, Doutor Antônio Marques da Silva Mariz (que também havia sido prefeito da cidade) e do seu filho, Doutor Octávio Mariz. Um dos correligionários desse grupo era o Coronel João Ferreira Rocha, do povoado de São Gonçalo.

O romancista José de Abrantes Gadelha, no livro *Sangue, terra e pó* (1983), resume, em um quadro, os correligionários de cada um desses partidos:

“QUANTO AOS PARTIDOS POLÍTICOS

URUCUBACA, compunha-se dos seguintes membros:

Cel. João Alvino Gomes de Sá
 Cel. José Gomes de Sá
 Major Lindolfo Pires Ferreira Júnior
 Cel. Emídio Sarmento de Sá.
 Cel. Otacílio Gomes de Sá
 Dr. Raimundo Pires
 Major Deocleciano Pires
 Major Augusto Braga
 Dr. Tomaz Pires dos Santos

BACURAU, compunha-se dos seguintes:

Dr. Antônio Marques da Silva Mariz
 Major Elias José de Sousa
 Cel. Manoel da Costa Gadelha
 Cel. Júlio Marques de Melo
 Cel. Nabor Meira
 Cel. Manoel Gonçalves de Abrantes
 Cel. José Rocha
 Geraldo Finizzola
 Ulisses Barros
 Cel. José Vicente de Oliveira. (GADELHA, 1983, p.35).

O padre Pereira Nóbrega (1961, p. 111-112) acrescentaria outros nomes a esse quadro político: o Coronel Basílio Silva fazia parte dos Urucubacas; o juiz da Comarca de Sousa, Archimedes Souto Maior, o telegrafista Antônio Amorim e pequenos comerciantes eram integrantes dos Bacuraus. Importante também registrar que os Bacuraus faziam oposição ao comando municipal, mas no plano estadual apoiavam o então presidente do estado da Paraíba, Sólon de Lucena, que governou de 1920 a 1924.

Além das disputas políticas, o comércio na região de São Gonçalo ajudaria a insuflar ainda mais a rivalidade entre os Rocha e os Pereira, uma vez que João Rocha também estabeleceu ali um barracão para a venda de produtos de primeira necessidade. Um exemplo claro dessa hostilidade foi uma discussão áspera ocorrida entre Abdias, filho de João Pereira, e João Rocha. Foi o próprio coronel João Pereira que atuou no

apaziguamento da situação entre os dois. Apesar do esfriamento dos ânimos, a tensão se manteve cada vez mais aparente. “Matar naquele tempo era bem frequente. Qualquer motivo era motivo” (NÓBREGA, 1961, p. 54.)

Em uma contenda pessoal que transbordaria para consequências políticas, o Doutor Octávio Mariz, primo de João Rocha e líder dos Bacuraus, demitiu dois guardas da Inspetoria. No lugar deles, nomeou um homem conhecido como Zé Dias e um outro com a alcunha de Campineiro, ambos ligados ao Rochas e aos Mariz.

Chico Pereira, nesse período, trabalhava vendendo cal virgem. Numa de suas viagens comerciais, se hospedou em uma fazenda chamada Pau Ferrado, próxima à Pombal/PB, onde veio a conhecer a sua futura esposa, Jardelina, na época com apenas treze anos de idade. Ela vivia naquela propriedade com a mãe e mais nove irmãos. O seu pai, Antônio Mamede, havia sido assassinado em disputas de terra com uma família rival. Segundo o padre Pereira Nóbrega, Chico Pereira, até então, era um homem pacato, sem histórico de violências. “Era então o que podia se chamar de homem manso. Mais tarde, este homem pacato de vida tranquila vai se transformar. Vai ficar irreconhecível. De não se acreditar que algum tempo fora tão manso.”(NÓBREGA, 1961, p.57). Foi durante uma de suas viagens à fazenda Pau Ferrado que foi avisado a respeito do tiroteio no barracão do seu pai.

2.3 Vingança, não

Eram seis horas da tarde do dia 11 de setembro de 1922 quando quatro homens – identificados como José Dias, Chico Dias, José Lins (conhecido como Zé Mutuca) e Campineiro – entraram armados no barracão de João Pereira. Estes homens trabalhavam como guardas a serviço do IFOCS e haviam sido recrutados a mando de Octávio Mariz, liderança rival dos Pereira. Pela lei de desarmamento do município, estavam impedidos de andar armados longe da construção do açude. A chegada ao estabelecimento comercial (armados de forma ostensiva) parecia ser uma clara provocação a João Pereira, que na condição de delegado do povoado de Nazareth, estava encarregado de impedir que andassem armados nas imediações da feira local. Houve discussão e troca de tiros entre eles. O coronel João Pereira acabaria sendo baleado, e dos guardas do IFOCS envolvidos no tiroteio, só sobreviveriam Chico Dias e Zé Dias.

Pereira Nóbrega descreveu, de forma dramática, que o coronel João Pereira foi transportado para a fazenda Jacu em estado agonizante e, ali, em seus últimos momentos de vida, teria pedido aos seus filhos para que não vingassem a sua morte:

“Possuído da certeza da morte, o velho reuniu a família toda. Tinha uma coisa importante para lhe dizer. Feito silêncio, ouviu-se a voz arrastada, com cadência de morte. Como a vela agonizante, nos últimos instantes, sendo ainda luz para todos. – Meus filhos, sei que vou morrer. Mas vocês não tem de quem se vingar. Quem me matou já morreu. Olhem, não quero vingança. Entreguem tudo à justiça. E ficou repetindo enquanto teve vida: – Não quero vingança. Entreguem tudo à justiça. (NÓBREGA, 1961, pág.62)

O caso ganhou notoriedade, destacado pela imprensa da Capital paraibana:



Figura 03 – Recorte do Jornal O Norte, de 14/09/1922, trazendo em primeira página a notícia do acontecimento sangrento ocorrido em Souza, três dias antes. Disponível em: <https://encr.pw/AkdSo>.

Acesso em: 2 jun. 2023

O jornal *O Norte* (PB), do dia 14 de junho de 1922, noticiou a morte do coronel João Pereira, mencionando, inclusive, mobilizações de personagens políticos do estado com relação ao caso:

No povoado Nazareth, município de Sousa, ocorreu um grave facto do qual resultou perder a vida lutando para se defender, o estimado fazendeiro e commerciante cel. João Pereira, chefe político local.

Os cossacos das obras contra as secas, José Mutuca, Campineiro, Francisco e José Dias, indivíduos de conducta duvidosa, por questões sem importância atacaram armados de rifle há três dias aquelle fazendeiro, estabelecendo-se luta encarniçada. Dos cossacos citados morreram três escapando apenas o de nome José Dias³, e, tendo ficado gravemente ferido falleceu dois dias depois o cel. João Pereira.

(...) Sobre a delictuosa ocorrência o cel. José Gomes de Sá, deputado à Assembléia Legislativa recebeu minucioso telegramma do que scientificou o sr.dr. Solon de Lucena, presidente do Estado.S. exc. com o dr. chefe de polícia tomou immediatas providências designando o major Genuíno Bezerra da Força Policial para abrir rigoroso enquerito naquella localidade sertaneja. O cel. João Pereira era um cidadão muito bemquisto e relacionado, e a sua actividade grandemente proveitosa ao município de Sousa. (O NORTE, 14 DE SETEMBRO DE 1922)

Pereira Nóbrega afirmou categoricamente, no livro *Vingança, não*, que a morte do coronel João Pereira havia sido encomendada: “Restava saber quem mandara. Os Rochas? Os Mariz? Nunca ficou provada a cumplicidade daquelas famílias. E fora disso, menos havia a quem atribuir.” (NÓBREGA, 1961, p.65). Dos dois sobreviventes envolvidos (os irmãos Chico e Zé Dias), o primeiro saiu do confronto gravemente ferido. Restou apenas Zé Dias para esclarecer as circunstâncias do crime.

As consequências do assassinato do Coronel João Pereira – como seria de se esperar pelo seu prestígio e poder na região – mobilizaram toda a sociedade sousense. Houve forte pressão social para que os filhos buscassem a vingança. Mas, em respeito ao seu último pedido, não pretenderam exercê-la. Ocorria um claro conflito entre a expectativa da família Pereira (que iria buscar a prisão de Zé Dias) e a do restante da comunidade, que clamava por vingança.

Chico Pereira foi até a delegacia de Sousa cobrar a prisão dos envolvidos. Segundo o padre Pereira Nóbrega, o delegado buscou uma acomodação: “deixar uma coisa pela outra”, teria dito. (NÓBREGA, 1961, pág.66). As idas e vindas à delegacia

³O jornal *O Norte* se equivocou nesta informação, uma vez que Francisco Dias, embora gravemente ferido, também sobreviveu.

terminavam sempre em grande frustração. Zé Dias era visto por toda a comunidade, menos pela polícia, que parecia fazer corpo mole para prender o suspeito de um crime. E os comentários se avolumavam: na feira, na visita de pêsames dos amigos, a respeito da morte que não era vingada e do criminoso que andava sobranceiro, petulante, como que na certeza de sua própria impunidade.

Nesse ponto do relato, o padre Pereira Nóbrega apresentou uma explicação para o fato de que tantos homens pacatos acabavam ingressando nas legiões de cangaceiros: a leniência de uma justiça inoperante, exercida por um aparato policial que atuava unicamente para manter e acobertar o desmando dos poderosos. E com essa interpretação, reforçou o argumento de que seu pai teria se tornado cangaceiro por força das circunstâncias políticas e não por verdadeiro pendor criminoso. Conforme mencionado no primeiro capítulo, a crença na seletividade da justiça do Estado, de fato, foi um dos fatores que provocaram a ocorrência da chamada justiça privada.

Em meio à grande pressão social e à falta de ação da polícia, Chico Pereira pediu ao delegado para que este o autorizasse a prender Zé Dias. O delegado a princípio resistiu, mas uma possível recusa mostraria ainda mais claramente a sua pouca vontade de agir. Permitiu que Chico Pereira fosse atrás de Zé Dias, mas lhe fez mais uma restrição: “Você não prende. Você vai matar”. Segundo o Padre Pereira Nóbrega (1961, p.70), Chico afirmaria que, se fosse para matar, não teria pedido autorização ao delegado.

E, de fato, Chico Pereira achou Zé Dias e o entregou à delegacia. A solução para que não se colocasse nem na condição de covarde, nem na de criminoso, estava resolvida. Contudo, meses após a prisão, por meio de um *habeas corpus* impetrado no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, José Dias acabou sendo solto (OLIVEIRA, 2021, p.33). A natural frustração de Chico Pereira diante da impunidade do caso do seu pai parece, de fato, ter desencadeado a ação violenta que cometeria a seguir: o assassinato de Zé Dias. O padre Pereira Nóbrega afirmou que o ódio do seu pai não era tanto pelo assassino, mas sim pelas autoridades de Sousa e que, a partir de então, havia decidido realizar a vingança (NÓBREGA, 1961, p.73).

Segundo Lewin (1993, p.305), a partir da administração de Sólon de Lucena (1920-1924), e continuando na de João Suassuna (1924-1928), o governo local passou a adotar medidas mais rigorosas para punir pessoas de influência envolvidas em assassinatos decorrentes de lutas de família. Entratanto, o juri local

composto por pessoas relacionadas com a família do acusado, continuou sendo um obstáculo intransponível para que o processo legal tivesse as consequências devidas. Quando não era possível montar um júri com pessoas conhecidas ou da família para promover a absolvição, esta era conseguida através da ameaça de morte aos jurados que dessem um veredito desfavorável. Outra forma de conseguir a absolvição era o recurso ao Tribunal Superior do Estado, onde uma sentença local desfavorável podia ser revertida (LEWIN, 1993, p.305)

Cerca de oito meses depois, em outubro de 1923, Chico Pereira matou Zé Dias a tiros no canteiro de obras do açude São Gonçalo (OLIVEIRA, 2021, p.33). A partir de então, para se proteger, resolveu constituir o seu próprio bando. O padre Pereira, novamente em tom dramático e literário, assim descreveu a “transformação” de Chico Pereira, logo após o assassinato de Zé Dias, quando se encontrou com a sua mãe, Dona Maria Egilda:

– Mamãe, fizeram-me criminoso.
Foi assim que chegou a casa, já de noite. Vinha cingido de duas cartucheiras: uma, do revólver que trazia na cintura. Outra, do rifle que tinha na mão. Ainda um punhal enorme e dois bornais a tiracolo, cruzando-se sobre o peito. Somente um era de bala. O outro, de alimentos. Na cabeça, um chapéu de couro, quebrado na testa. (Assim viveria de agora em diante). E, por baixo de tudo isto, estava a roupa de luto. E, lá dentro, um rapaz de vinte e três anos. Assassino.
– Mamãe, fizeram-me criminoso! (NÓBREGA, 1961, p.75)

A morte de Zé Dias teve consequências políticas. O partido rival dos Pereira (Bacuraus) exigiu a prisão de Chico. Octávio Mariz seria um dos interessados e o juiz da comarca de Sousa, Archimedes Souto Maior, também (NÓBREGA, 1961, p.79). Entretanto, o novo delegado de Sousa, major Genuíno Bezerra, era um amigo pessoal de Chico Pereira. Por trás de toda a tensão e violência na região, havia o conflito entre os grupos políticos que disputavam o poder na cidade e não se furtavam a misturar as relações pessoais de amizade ou rivalidade no exercício das funções públicas. Foi necessário o chefe da Polícia, Demócrito de Almeida, vindo de João Pessoa⁴, intervir para que a situação não descambasse para uma guerra na cidade. O apaziguamento realizado pelas autoridades da capital do estado, contudo, não teve nada além de um

⁴ O nome da cidade aparece aqui como João Pessoa, devido à sua atual denominação, mas até 1930, época na qual se verificaram os crimes e a atuação do bando de Chico Pereira, a Capital da Paraíba era denominada Parahyba do Norte. Para efeito prático, usarei o nome atual João Pessoa, ressaltando que o mesmo não era adotado à época.

efeito meramente momentâneo, e as tensões continuaram mobilizadas na cidade de Sousa.

Chico Pereira seria, posteriormente, absolvido do assassinato de Zé Dias, com a alegação de que foi jurado de morte por seus inimigos e que, por essa razão, teria agido em legítima defesa (OLIVEIRA, 2021, p.33). Mas a absolvição não o protegeria das ações de represália que poderiam vir por parte dos seus inimigos em Sousa. Precisou mobilizar um senso constante de auto proteção que não teria apoio, por certo, da ação das autoridades de segurança pública do estado da Paraíba. Dessa maneira, passados alguns meses, ele se inseriu definitivamente na prática do cangaço, da qual não mais sairia até o final de seus dias, alguns anos depois.

2.4 Invasão de Sousa

Pouco se sabe a respeito dos acontecimentos relacionados a Chico Pereira após o assassinato de Zé Dias, em outubro de 1923, até a invasão à cidade de Sousa protagonizada por seu bando em conluio com o de Lampião em julho de 1924. Contudo, é razoável supor que, nesse ínterim, Chico Pereira estivesse ocupado arregimentando o seu bando, temeroso de possíveis represálias que pudessem ocorrer contra si, ou até mesmo planejando e reunindo recursos para uma investida contra os seus rivais, o que, certamente, está na raiz dos ataques à Sousa.

O padre Pereira Nóbrega (1961, p.108), contudo, afirmou que o ataque à Sousa foi motivado por um episódio de agressão envolvendo um bodegueiro da vila de Nazareth chamado Chico Lopes. Octávio Mariz, inimigo político dos Pereira, avistou Chico Lopes na feira de Nazareth em companhia de Chico Américo, que à época já integrava o bando de Chico Pereira. Conforme mencionado anteriormente, o assassinato do coronel João Pereira havia insuflado ainda mais as rivalidades locais entre os dois grupos (Urucubacas e Bacuraus) e aquele simples encontro foi interpretado por Octávio Mariz como uma espécie de provocação. Para dar uma lição, munuiu-se de um chicote e foi à procura dos dois. Acabou encontrando apenas o bodegueiro, açoitando-o implacavelmente em plena feira. Além da surra que aplicou em Chico Lopes, Octávio Mariz teria mandado recado para o próprio Chico Pereira: “Vá dizer a Chico Pereira! Vá! Diga a ele que venha apanhar também” (NÓBREGA, 1961, p.108).

Humilhado, Chico Lopes fechou a sua bodega em Nazareth e foi em direção à fronteira de Pernambuco para procurar por Lampião. O contato entre os dois teria

ocorrido através de um dos seus irmãos, que era cangaceiro, e fazia parte do bando de Lampião. Chico Lopes queria convencer o mais famoso cangaceiro da história a lhe ajudar a “dar uma lição” em Octávio Mariz, enviando o seu bando para atacar a cidade de Sousa. Embora impossibilitado de ir pessoalmente por estar se recuperando de um tiro no pé, Lampião acabaria sendo convencido a participar da ação autorizando a ida de parte do seu grupo, com cerca de quarenta cangaceiros (dentre eles, os seus irmãos Levino e Antônio Ferreira) para a investida contra a cidade sousense. Vale registrar que Lampião estava acoitado em uma propriedade pertencente ao Coronel Marçal Diniz, genro do Coronel José Pereira, o principal líder político da cidade de Princesa Isabel/PB e que, até então, era um principais coiteiros de Lampião na Paraíba.

A versão do padre Pereira Nóbrega, contudo, não parece ser das mais factíveis, uma vez que Lampião não se prestaria a uma ação tão ousada simplesmente para ajudar na vingança de um bodegueiro qualquer que o houvesse procurado por conta de uma surra que levou. Seria assumir um grande risco enviar parte do seu bando para atacar uma cidade do porte de Sousa, que já era, naquela ocasião, uma das maiores cidades do estado da Paraíba. No mínimo, para conseguir tal façanha, precisaria de um grande suporte logístico e este não poderia ser dado por Chico Lopes, um comerciante sem grandes recursos. Só alguém como Chico Pereira, filho de fazendeiro e que já tinha seus cabras⁵, poderia ser seu principal parceiro nessa empreitada. E sendo assim, a ação do bando de Lampião não poderia ter ocorrido sem que houvesse um acerto prévio com Chico Pereira.

Segundo Oliveira (2021, p.40), há provas suficientes de que Lampião e Chico Pereira já se conheciam antes da invasão de Sousa. O cangaceiro paraibano teria, inclusive, integrado o grupo de Lampião em alguns ataques a povoados e fazendas da região do Pajeú, em Pernambuco, utilizando a alcunha de “Zé Vicente”. Desta parceria, portanto, teria surgido o plano para atacar Sousa. Como Lampião estava há meses em inatividade por conta do ferimento no pé, e necessitando de recursos para poder sustentar a si próprio e ao seu bando, atacar uma cidade rica e praticamente desprotegida do sertão da Paraíba seria de fato uma grande oportunidade. As questões pessoais de Chico Lopes e do próprio Chico Pereira (que também era inimigo de Octávio Mariz) tiveram, certamente, alguma importância, entretanto, as razões

⁵Segundo definição de Frederico Pernambucano de Mello, cabra é “o homem de armas que possui patrão ou chefe, desempenhando mandados tanto de ordem ofensiva quanto defensiva. (2004, pág.68).

principais do ataque à Sousa foram, de fato, a oportunidade de realizar uma grande pilhagem arrancando divisas dos fazendeiros e comerciantes locais.

O ataque à cidade de Sousa foi a mais ousada ação do Cangaço registrada na história do estado da Paraíba. Embora a cidade estivesse despreparada no momento da invasão do grupo de cangaceiros, na madrugada do dia 27 de julho de 1924, a movimentação do bando de Lampião já havia sido registrada nos arredores do povoado de São José da Lagoa Tapada (situada a cerca de 20 Km de Sousa) dias antes da chegada à fazenda Jacu, de propriedade de Chico Pereira. Desde o dia 20 de julho, inúmeros telegramas foram enviados para o presidente do estado da Paraíba, Sólon de Lucena, solicitando reforço policial. O doutor Antônio Marques da Silva Mariz, principal líder governista da região de Sousa, foi um dos que solicitou ações de segurança por parte do governo do estado. Dessa maneira, para atender os pleitos do principal aliado em Sousa, o presidente Sólon de Lucena determinou ao chefe da Segurança Pública do estado da Paraíba, Demócrito de Almeida, que enviasse reforços ao local. O chefe da Segurança Pública entrou em contato com as unidades de polícia das cidades de Cajazeiras e Pombal para que mandassem tropas para a cidade de Sousa, de modo a reforçar as defesas locais (OLIVEIRA, 2021, p.48). O comando da Polícia Militar decidiu que o major Genuíno Bezerra iria partir de Cajazeiras comandando um destacamento policial. Contudo, tal reforço acabou não sendo enviado antes do ataque cangaceiro. Já da cidade de Pombal, partiu um outro destacamento comandado pelo tenente Antônio de Araújo Salgado (tenente Salgado), com um efetivo reduzido, composto apenas por dez praças, e que chegou à cidade de Sousa no dia 26 de julho, véspera do ataque.

A notícia da aproximação do bando de Lampião se espalhou pela região. Muitos moradores abandonaram as suas fazendas e se dirigiram para cidades próximas, onde se sentiam mais protegidos. E aos poucos, grupos de cangaceiros pousavam na fazenda Jacu para os preparativos da invasão. Chico Pereira os recebeu. Para a mãe, Dona Egilda, disse que não os havia chamado, mas também não os colocava para fora porque iriam fazer um negócio que era dele também: “Vão dar uma lição em Octávio Mariz”, afirmou. (NÓBREGA, 1961, p.111). Os cabras de Lampião trocaram informações com os de Chico Pereira a respeito dos homens de posse da cidade os quais pretendiam roubar. Foram avisados que não deveriam atacar os coronéis que eram do mesmo partido de Chico Pereira. Essa informação seria corroborada por Gadelha (1986, p.146) ao relatar que, antes do assalto, “seria avisado aos correligionários do prefeito João

Alvino Gomes de Sá⁶ para que isolasse o seu pessoal, ou seja, que se desse uma senha para identificação e assim ficar-se-ia sabendo que era do partido de Dr. Mariz.”.

Pereira Nóbrega, claramente tentando atenuar a decisão do pai em acompanhar o bando de Lampião, afirmou que a sua participação no ataque de Sousa se deu por uma questão de “altruísmo, de amizade, pouco lhe importando as interpretações que seguiriam seu gesto” (NÓBREGA, 1961, p.115). Estaria, segundo ele, preocupado com a violência excessiva daqueles homens, os quais poderiam atacar os seus próprios aliados políticos

Em Sousa, na noite da véspera do ataque, a elite política local se dirigiu à casa de Antônio Marques da Silva Mariz para uma reunião de emergência em que se discutiriam as notícias a respeito de uma possível invasão à cidade e a organização de um plano de defesa. Compareceram a essa reunião, inclusive, as lideranças do grupo político oposto (Urucubacas), dentro os quais estava o então prefeito, coronel José Gomes de Sá. Entretanto, mesmo com a gravidade da situação, os presentes não chegaram a um acordo e “passaram a acusar-se mutuamente, visivelmente influenciados pela questão política local e estadual” (OLIVEIRA, 2021, p.49). De um lado, os aliados de Sousa Mariz acusavam o prefeito José Gomes de Sá de fazer “vista grossa” para os crimes praticados por Chico Pereira e seu bando. Do outro lado, vinha a acusação de que a situação havia chegado a esse ponto por conta da perseguição a Chico Pereira e a sua família, mencionando-se também a surra que levou Chico Lopes, um aliado dos Pereira de Nazareth (OLIVEIRA, 2021, p.49). O prefeito José Gomes de Sá garantiu a todos os presentes que Chico Pereira seria incapaz de participar de qualquer invasão à cidade. A reunião acabou em impasse sem que nenhuma providência imediata fosse tomada.

Por volta de meia noite veio a notícia, trazida pelo telegrafista Antônio Amorim, de que o telégrafo da cidade havia sido cortado. Tratava-se de um prenúncio do que viria a ocorrer a seguir: uma das primeiras ações dos cangaceiros em geral era, justamente, cortar os meios de comunicação das localidades que pretendiam invadir. O doutor Silva Mariz foi aconselhado a sair de Sousa com a sua família e se dirigir à fazenda Riachão, de sua propriedade, onde estaria em maior segurança. O patriarca dos Mariz concordou com a ideia, entretanto, solicitou ao seu filho, Octávio Mariz, que permanecesse na cidade para organizar a resistência armada contra o bando de

⁶ Na realidade, o prefeito de Sousa era o coronel José Gomes de Sá.

cangaceiros. Do lado do prefeito, os seus correligionários não acreditavam na possibilidade de haver um ataque à Sousa. E mesmo que isso ocorresse, estariam protegidos por um pacto estabelecido entre o chefe municipal e Chico Pereira, garantindo que nenhum integrante dos Urucubacas haveria de ser atacado naquela noite (OLIVEIRA, 2021, p.51).

O contingente policial da cidade era mal preparado e se encontrava em número reduzido. O destacamento local contava com cerca de dez soldados que estavam sob a chefia do sargento Apolônio – e que foi reforçado pela volante policial vinda de Pombal, comandada pelo tenente Salgado. Os sousenses, com pouco armamento à disposição, pouco ou nada poderiam fazer para resistir à invasão iminente. Constatando que a cidade de Sousa se encontrava realmente indefesa, o bando de Lampião, junto com o de Chico Pereira, deixou a fazenda Jacu para iniciar o saque.

Os cangaceiros avançaram sob Sousa às quatro horas da manhã de um domingo, 27 de julho de 1924. Segundo o Padre Pereira, foram 84 homens que cercaram a cidade, sob a liderança de Chico Pereira, Sabino de Gois (Sabino das Abóboras) e de dois irmãos de Lampião, Levino e Antônio Ferreira (NÓBREGA, 1961, p.126). Contudo, esse número é alvo de controvérsias. O jornal A União, veículo de imprensa oficial do governo do Estado da Paraíba, fez uma conta um pouco mais modesta: teriam sido 40 cangaceiros que participaram do ataque⁷. Já a denúncia do Ministério Público relacionou 61 homens, incluindo três indivíduos que, embora não tenham participado diretamente do ataque, foram encontrados com objetos roubados pelos cangaceiros (OLIVEIRA, 2021, p.79). O próprio Oliveira (2021, p.81), em seu livro a respeito do saque à cidade de Sousa, se aproxima da conta feita pelo padre Pereira Nóbrega, identificando 89 cangaceiros nominalmente. Independentemente do número de homens que atacaram Sousa, o fato é que a cidade não ofereceu muita resistência à investida. O plano de defesa dos coronéis não saiu do papel, a polícia estava despreparada e em menor número, e a população possuía pouca munição para o contra-ataque.

Na versão do padre Pereira Nóbrega (1961, p.126), o seu pai teria batido à porta da delegacia para anunciar que a cidade estava cercada e que o objetivo era “abrir fogo contra Octávio Mariz”. Deu a opção para a polícia ir embora em paz ou resistir e também ser atacada. Cercados e com um número menor de homens, os policiais ficariam entre a passividade completa e a impossibilidade absoluta de oferecer qualquer tipo de

⁷Jornal A União, 29 de Julho de 1924.

resistência. Nem as forças policiais locais nem a volante vinda de Pombal ofereceram, efetivamente, qualquer tipo de reação, tendo alguns policiais, inclusive, fugido do local, deixando a população completamente indefesa. A defesa da cidade partiu, única e exclusivamente, de alguns poucos civis que possuíam armas. Octávio Mariz, a princípio, liderou o contra-ataque contra os cangaceiros até acabar a sua munição. Sem opção, saiu de Sousa e refugiou-se na casa do coronel Manoel Gonçalves, da vila do Lastro (atual município de Lastro), em busca de reforços antes que outras volantes pudessem chegar até a região.

Pereira Nóbrega se esforçou em minimizar a ação protagonizada pelo seu pai afirmando que, embora tenha sido impactante pela quantidade de envolvidos, o saque não resultou em feridos graves ou mortos. “Se houve ferimento foi tão leve que dele não restou memória” (NÓBREGA, 1961, p.128). Entretanto, essa versão é parcialmente rechaçada por outras fontes. Embora, de fato, não tenha havido relatos de mortes, a população de Sousa foi vítima de inúmeras ações violentas. Segundo Oliveira (2021, p.53), o bando de cangaceiros saqueou casas e comércios, invadiu residências e cometeu inúmeros estupros. Dezenas de cavalos e burros foram roubados dos moradores para levar objetos de valor que haviam sido roubados.

O juiz da comarca de Sousa, Archimedes Souto Maior, acabaria sendo a maior vítima da violência praticada na invasão. Um dos cangaceiros que atacou a cidade, conhecido como Paizinho, havia sido condenado anteriormente pelo juiz e aproveitou-se da ocasião para se vingar do magistrado. Invadiu a sua casa e o obrigou a sair pelas ruas da cidade trajando apenas roupas íntimas. Paizinho pretendia executá-lo, mas Chico interveio e impediu a ação, estabelecendo um resgate no valor de quinhentos mil réis para soltar o juiz. (OLIVEIRA, 2021, p.54). Em correspondência enviada ao presidente do Estado, Sólon de Lucena, com data de 2 de agosto de 1927, o magistrado assim narrou a violência da qual havia sido vítima:

Forçaram-me a acompanhá-los pelas ruas da cidade, exigindo que lhes indicasse quais eram os proprietários dos estabelecimentos comerciais e outras casas que iam sendo vistas no percurso. Tive de assistir com revelada tristeza que se pode imaginar, a ferocidade desses tiranos de rifle e punhal, o saque, a depredação em várias casas comerciais e de particulares.

Eram seguramente sete horas da manhã quando me libertaram da horda perigosa e aceitando a generosidade do tenente Salgado, que ali se achava, retirei-me em auto e horas depois a minha família de caminhão. (GADELHA, 1983, p.41-42)

Quando já eram três horas da tarde do dia 27 de julho, e com a notícia de que volantes policiais vindas de Patos, Campina Grande e João Pessoa estavam se deslocando para o local, os cangaceiros resolveram finalmente sair da cidade. A resistência dos sousenses também se fortaleceu com a chegada de Octávio Mariz junto aos homens do coronel Manoel Gonçalves. Os cangaceiros requisitaram caminhões e tomaram o rumo de volta para a fazenda Jacu. Após alguns dias, o bando se desfazia. Chico se viu obrigado a fugir também, uma vez que as ações de ataque fugiram completamente do seu controle. Mais do que nunca, era um jurado de morte naquele lugar. Viveria, a partir de então, um refúgio em armas. Com o seu grupo, rumou em direção ao vale do Piancó, para se encontrar com o bando de Lampião na fronteira com Pernambuco.

Segundo Lewin (1993, p.303), o ataque armado realizado à Sousa “despertou a nação para a nova magnitude da ameaça representada pelo cangaço”. Após a ação, o coronel José Pereira de Lima, de Princesa, que até então acobertava a presença de Lampião no estado, rompeu definitivamente com o cangaceiro. Três meses após o ataque, o novo presidente do estado, João Suassuna, nomeou o coronel de Princesa para, em conjunto com a Força Pública estadual, expulsar Lampião e outros bandos que agiam no estado. Como resultado disso, segundo Lewin (1993, p.303), Princesa tornou-se o maior repositório de armas e munições dos sertões. As medidas adotadas pelo presidente João Suassuna (como a criação do 2º Batalhão da Força Pública) e a perseguição do coronel José Pereira surtiram efeito e Lampião passou a evitar entrar na Paraíba.

CAPÍTULO III: DE VINGADOR HONRADO A CANGACEIRO CONVENCIONAL

No presente capítulo reconstituímos, principalmente a partir de pesquisas hemerográficas, a trajetória de Chico Pereira no cangaço no período que se sucedeu a invasão à Sousa, em 1924, até a sua morte, em 1928. Esse momento da vida de Chico Pereira foi, em muitos aspectos, parcialmente omitido na obra de Pereira Nóbrega, que praticamente deteve o monopólio da sua memória a partir do livro *Vingança, não*, legitimado pela condição de filho e detentor, privilegiado, de muitas das fontes e testemunhos a respeito do cangaceiro. As fontes hemerográficas fizeram registro de inúmeros episódios nos quais o nome de Chico Pereira esteve envolvido, o que permite ampliar os matizes em torno desse personagem, ao menos, do ponto de vista da construção de discurso, uma vez que essas fontes o retrataram de uma forma completamente diferente do padre Pereira Nóbrega.

3.1 A trajetória de Chico Pereira no Cangaço

Conforme mencionado no capítulo anterior, Chico Pereira, depois de ter participado do ataque à Sousa, buscou no cangaço, a partir de então, como se fosse uma espécie de refúgio, uma vez que virou alvo constante de perseguições policiais. Constituindo um bando, participou de ataques a cidades em regiões de fronteira, principalmente, entre os estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Sua atuação chamou a atenção de inúmeros jornais do Brasil, comprovando que, pelo menos em sua época, alcançou alguma notabilidade no universo do cangaço.

O jornal *Diário da Noite* (SP), na edição do dia 7 de novembro de 1927, trouxe uma interessante descrição do cangaceiro Chico Pereira:

Tem sempre algo interessante o estudo da psychologia dos bandidos. Não nos propomos a fazê-lo aqui. Contudo, queremos hoje destacar a personalidade estranha do cangaceiro Chico Pereira, agora em foco com o cerco que a polícia parahybana lhe pos em Pao Ferrado, nas proximidades da cidade de Pombal, no alto sertão. Chico Pereira é um admirador do Far-west americano. Usa chapéo de abas largas, pistola à cinta, pesadas cartucheiras, lenço vermelho ao pescoço, tudo de mistura com o muito nortista punhal e bordadas alpercatas.

Monta admiravelmente e gosta das situações difíceis, parecendo até haver escolhido a vida do cangaço pelo prazer dos arriscados desportos.

Pertence a conhecida família sertaneja. É um typo insinuante e galanteador, possuindo mesmo alguma instrução.

Há três annos passados, num assomo de desmedida bravura, assaltou em pleno dia a grande cidade de Sousa, levando centenas de contos em dinheiro, jóias e mercadorias.⁸” (DIÁRIO DA NOITE, 7 de novembro de 1927).

A imagem abaixo ajuda a ilustrar o perfil de Chico Pereira descrito pelo jornal:



Figura 04 - Chico Pereira, em foto de 1924, com o seu traje de cangaceiro. Disponível em: <http://lampoaoaceso.blogspot.com/2009/10/vinganca-de-chico-pereira-o-cangaceiro.html>. Acesso em: 2 jun. 2023

⁸Todas as matérias de jornal citadas nesse trabalho são reproduzidas com a grafia utilizada na época.

A descrição mencionada anteriormente caracteriza, de fato, um cangaceiro *sui generis*. Para fazê-la, o jornal parece ter se baseado na fotografia de Chico Pereira, do ano de 1924 (e disponibilizada logo acima). Viana (1989, p.134) faz uma descrição de Chico Pereira como um “sujeito alto, louro, vermelho e bem apessoado”. Quando foi preso na festa da padroeira de Cajazeiras/PB, trajava “uma calça de casimira listrada e paletó azul marinho, chapéu lebre e bengala, um verdadeiro galã de cinema” (VIANA, 1989, p.134).

Foi certamente Lampião quem ajudou a promover a imagem do cangaceiro, permitindo até que fosse fotografado, com o seu bando, por Benjamin Abrahão Botto, o libanês-brasileiro que produziu algumas das mais icônicas imagens do Cangaço. Tais registros são tão importantes e reconhecidos que, ao se falar da figura do cangaceiro, certamente estes elementos indumentários surgem logo à mente: chapéu meia-lua, gibão de couro, bornais, alpercatas de couro. Ao se vestir de uma maneira diferente dos demais, Chico Pereira queria passar uma mensagem: seu modelo não era o de um cangaceiro convencional, que agia como um fora-da-lei, mas um tipo diferente, uma espécie de cowboy da Caatinga, indivíduo de espírito livre, que vive à margem da sociedade, e mesmo sendo muitas vezes repellido por ela, nunca perde o senso de honra e justiça. Seu figurino, inclusive, guarda muitas semelhanças com o do ator americano Tom Mix, um dos primeiros grandes ídolos do cinema e que participou de produções do gênero *western* (ANDRELINO, 2015, p.37).

Embora tenha criado para si uma constituição imagética honrosa – e até mesmo galanteadora – Chico Pereira, ao longo dos seus últimos quatro anos de vida errante, não agiu muito diferente da maior parte dos cangaceiros de má fama. Como eles, realizou saques, invadiu propriedades e cometeu assassinatos. O próprio ataque à Sousa, embora tenha sido mobilizado por uma vingança contra os Mariz, teve momentos de desbragada violência contra a população indefesa, como os que foram relatados no capítulo anterior, e que, certamente, Chico Pereira pouco ou nada fez para impedir, embora, na versão de Pereira Nóbrega, tenha atuado decisivamente para salvar a vida do juiz da comarca de Sousa, a mercê da sanha vingativa de um outro cangaceiro.

Após a fuga de Sousa, procurado pelas forças policiais do estado da Paraíba, não restou muita alternativa para Chico Pereira que não fosse acompanhar o bando ao qual se associou na invasão de sua cidade natal. E com ele, rumou para Patos do Irerê, localizada na cidade de Princesa Isabel, divisa com o estado de Pernambuco. Segundo Mello (2004, p.226), Chico Pereira participou de tiroteios, ao lado do grupo de

Lampião, em Areias do Pelo Sinal, fronteira de Pernambuco com a Paraíba, em 8 de agosto de 1924. E logo após se desligar do famoso grupo, agiria por conta própria, acompanhado de alguns cabras, em cidades de fronteira da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Não há registros mais detalhados das atividades de Chico Pereira entre o final de 1924 e boa parte do ano de 1925. Com base nos escritos do Padre Pereira Nóbrega, os quais, infelizmente, não relacionam datas em alguns dos episódios relatados, é provável que tenha se alternado em fugas constantes da polícia, embrenhando-se entre o sítio do Pau Ferrado, de propriedade da família de sua namorada e futura esposa, Jardelina, e na fazenda Jacu, em Nazareth.

Nesse ínterim, no dia 26 de maio de 1925, casou por procuração com Jardelina Nóbrega, que tinha apenas 14 anos de idade na ocasião. O casamento foi realizado na Igreja Matriz de Pombal. A respeito dessa celebração, o padre Pereira Nóbrega comentou que “o casamento era um símbolo de toda a vida de Chico Pereira. Uma vida por procuração” (NÓBREGA, 1961, p.187).

Enquanto tentava dar encaminhamentos à sua vida pessoal através do casamento com Jardelina, as suas ações no Cangaço foram se intensificando a partir do ano de 1925. Em alguns episódios, Chico Pereira e seu bando reeditariam a parceria com Lampião em ataques registrados a diversas cidades nordestinas. Em novembro daquele ano, Chico e seu grupo, composto por mais ou menos vinte homens, se encontrou com o bando de Lampião nas proximidades de Cajazeiras/PB após incursões deste ao longo do território cearense ⁹. Ainda em 1925, o Jornal *O Sitiá*, da cidade de Quixadá, interior do estado do Ceará, faria o seguinte registro:

O pequeno grupo de Francisco Pereira, que só agora com o exemplo dos bandidos do Pajehú começa a depredar e a massacrar, pois era um filho de família, complicado de intrigas, podendo até ter razão a princípio, sofre a ess'hora a mais tenaz perseguição, refugiado entre Sousa e Pombal, logo que é encaçado interna-se no município de Lavras (atual Lavras da Mangabeira-CE) onde vivem outros pronunciados de S. João do Rio do Peixe. (O SITIÁ, 20 de dezembro de 1925)

Em abril de 1926, no Rio de Janeiro, o médico Barreira Cravo, do município de Quixadá/CE, concedeu um depoimento ao jornal *A Manhã* a respeito da ação de Cangaceiros nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O médico afirmou

⁹Jornal do Recife (PE), 10 de novembro de 1925.

que fez as autópsias de duas vítimas de um assalto realizado por Lampião no município de Cajazeiras/PB. Não mencionou que Chico Pereira tenha participado desse episódio especificamente, porém, o médico afirmou o que o conheceu e que ele teria cometido assassinatos na vila de Nazareth:

Ja há um [bando] formado em Cajazeiras. Deste é chefe um tal Chico Pereira, rapaz que eu conheci, pertencente a boa família. Chico Pereira desgraçou uma família da cidade de Nazareth. Tendo assassinado um pobre homem, mais tarde matou mais dois irmãos daquela sua victima. O pae enlouqueceu, a noiva de um dos assassinados também foi morta. Ficaram ao desamparo a viúva de um delles e varias crianças. (A MANHÃ, 9 DE ABRIL DE 1926)

Não se pode precisar quais assassinatos em Nazareth o médico relatou, mas é provável que estivesse se referindo à rixa com a família Dias, muito embora, até onde se sabe, a única vítima de Chico Pereira pertencente a essa família tenha sido, de fato, Zé Dias. De toda maneira, como a contradição à fala do Médico está exatamente na obra do filho de Chico Pereira, a situação aponta uma ou outra lacuna ou eventuais exageros, que nos leva a vê-la com certa prudência e sem chegar a constatações peremptórias.

Chico Pereira, por volta de 1925 e 1926, atuou, com mais frequência, na região de Cajazeiras/PB, São José do Rio do Peixe e em cidades na região da fronteira entre o Ceará e a Paraíba. É interessante notar que tenha participado de ataques a municípios de outros estados, porém, pouco se tem notícias a respeito de grandes ações do seu bando dentro do território da Paraíba, a não ser o saque à cidade de Sousa, em 1924. Quando era dentro do seu estado natal, a maior parte dos eventos foram episódios de fugas, tiroteios com a polícia, ou notícias de acobertamento. Uma explicação para isso pode ser estabelecida a partir de uma possível relação de amizade entre Chico Pereira e a família do então presidente do estado da Paraíba, João Suassuna, que lhe conferiria algum grau de proteção no estado. Essa aproximação se daria em razão das rivalidades entre as famílias Maia e Suassuna no município de Catolé do Rocha/PB. Octávio Mariz, inimigo dos Pereira, tinha ligação de parentesco com os Maia, o que estabeleceria, portanto, uma relação de inimigos em comum. As mais diversas redes de parentesco, alianças políticas e acoitamento, envolvendo de governantes a pequenos “compadres” locais, eram fundamentais para a proteção dos chefes de bando, o que explica o cuidado de Chico Pereira em preservar os aliados, quando do ataque à Sousa, e de manter relações políticas privilegiadas nas mais variadas esferas do poder local.

Um indício dessa relação entre Chico Pereira e os Suassuna está em uma resposta ao depoimento do médico Barreira Cravo, publicado em *A Manhã* (RJ). Trata-se um leitor que se identificou como João Soares, do município de Catolé do Rocha/PB, terra natal dos Suassuna, e que enviou uma carta ao jornal *A Manhã* (RJ), datada do dia 8 de maio de 1926, na qual acusa o presidente Suassuna de acobertar Chico Pereira e que este teria sido visto, em março daquele ano, nas fazendas Marcelina e Maniçoba, de propriedade dos irmãos de João Suassuna, Pio e Anacleto. Anacleto, inclusive, era o delegado da cidade de Catolé do Rocha na ocasião. E prosseguiu afirmando que Chico Pereira saía, de veículo, em companhia de pessoas da família do presidente para “transitar pelas fazendas dos adversários políticos do presidente, com o fim de intimidá-los”. (*A MANHÃ*, 2 DE JUNHO DE 1926).

Um dos episódios de intimidação relatados foi uma “visita” a uma fazenda pertencente ao juiz do município de Açu/RN, Manoel Maia, em que Chico Pereira teria entrado e pedido água para os moradores. Manoel Maia, à época, respondia interinamente pela comarca da cidade de Mossoró/RN. No momento da chegada de Chico Pereira e seu bando, estavam na propriedade apenas a esposa do juiz acompanhada de duas filhas. Manoel Maia, inclusive, haveria saído do estado da Paraíba devido à perseguição que sofria, alegadamente promovida pela família do presidente do Estado.

Essa relação entre Chico Pereira e os Suassuna será abordada um pouco mais adiante. Prosseguindo com a cronologia das ações, observa-se que se intensificaram, a partir de 1927, as notícias relacionadas a ataques atribuídos a Chico Pereira e seu bando, especialmente no estado do Rio Grande do Norte. Esses episódios tiveram um ápice durante o mês de maio de 1927. De todos os ataques registrados, o da cidade de Apodi/RN certamente foi o de maiores repercussões.

Já eram três horas da madrugada do dia 10 de maio de 1927 quando a cidade de Apodi, no Rio Grande do Norte, foi atacada. A tática dos bandidos se assemelhou ao que foi visto anteriormente em Sousa/PB: atacaram primeiro os aparelhos de telégrafos, de modo a interromper qualquer forma de comunicação do município com outras localidades. O bando se aproveitou do fato de que a ronda policial estava longe, no município de Alexandria/RN, para poder atacar. Chico Pereira se juntou ao bando de Sabino (de Gois), homem de confiança de Lampião, e o do cangaceiro Massilon, para realizar a investida contra o município potiguar. No prosseguimento da ação, os cangaceiros prenderam quatro soldados do destacamento e depois soltaram quatro

presos que estavam recolhidos na cadeia local. Roubaram fuzis e munições, promoveram arrombamentos, saques e depois incendiaram duas casas comerciais, de propriedades do Coronel Francisco Pinto, prefeito da cidade, e do comerciante Luiz Ferreira Leite. Para libertar o Coronel Francisco Pinto, exigiram o pagamento de uma fiança no valor de 300 contos de réis. Nesse ataque, produziram uma vítima fatal, o comerciante Manuel Rodrigues.



Figura 05 – Repercussão nacional do ataque a Apodi (RN). Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro, 13/05/1927).

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_05/22395. Acesso em: 2 jun. 2023.

Segundo Ramalho (1996, p.45), em 11 de maio de 1927, os cangaceiros continuaram a agir, invadindo Gavião (atual município de Umarizal/RN) e, no outro dia, a cidade de Itaú/RN. Depois desse ataque, os bandos de Massilon e de Sabino rumaram para o Ceará para se encontrarem com Lampião, com vistas a planejar o ataque à cidade de Mossoró/RN em 13 de junho daquele ano. Chico Pereira e seu bando atacaram a cidade de Porto Alegre/RN no dia 14 de maio de 1927, retirando-se posteriormente para a Paraíba. Logo após a ação em Porto Alegre/RN, ainda em maio de 1927, invadiriam o povoado de Belém, no município de São João do Rio do Peixe/PB, ameaçando os municípios de Luiz Gomes/RN e Alexandria/RN. Essa impressionante sequência de ataques teve como alvos principais pequenos municípios localizados na fronteira entre o estado do Rio Grande do Norte e o Ceará.

Em matéria publicada no dia 17 de maio de 1927, a respeito dos ataques registrados no Rio Grande do Norte, o jornal A Gazeta de Notícias (RJ) criticou a ação

dos governos locais e sugeriu que o governo federal prestasse auxílio no combate ao Cangaço:

A continuação dos assaltos a fazendas e propriedades situadas no nordeste brasileiro por Virgulino Lampeão, e o aparecimento de novos grupos, e o reaparecimento de novos, entre os quaes o do famoso Chico Pereira, demonstraram que as polícias da região, mesmo aliadas, não conseguem dar cabo desses pequenos batalhões cangaceiros.

O problema do cangaço vai se agravando dia a dia. Elle tem raízes profundas, que encontra seiva propícia no analfabetismo e nas graves agitações políticas.

Entretanto, é certo que as escolas vão surgindo, e as lutas vão apaixonando cada dia menos os partidários, sem que o cangaço, diminuindo, conserve com esses dois phenomenos a mesma proporcionalidade.

É que a coacção não tem sido tão rigorosa como devia. Os Estados limitam-se a expulsar de um para outro os bandos de jagunços, e só o fazem quando obrigados pelo clamor dos fazendeiros, que em regra auxiliam a polícia.

Notícias da Parahyba informam que Chico Pereira e Lampeão voltam às tropelias de sempre. Porque não se resolve o governo federal a estudar esse caso, prestando aos Estados nordestinos o amparo de que elles precisam? (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 De Maio de 1927)

O governo do Rio Grande do Norte reforçou o policiamento nas regiões de fronteira, o que dificultou as incursões dos bandos de Chico Pereira e Lampeão no estado. Não se sabe se em decorrência desse reforço, mas o fato é que não se teve mais notícias de outras investidas de Chico Pereira até o tiroteio com a polícia na cidade de Pombal, em outubro daquele ano.

Em 27 de julho de 1927, o jornal O Imparcial (CE) publicou uma carta com outras acusações ao presidente do estado da Paraíba, João Suassuna, de acoitamento de Chico Pereira em fazendas de sua propriedade:

(...) Satisfeitos estão, sim, os José Targinos, que matam cidadãos morigerados, paes de numerosas famílias, como o era meu genro; que caloteiam a praça de Recife, enganando-a em centenas de contos, ficando de tudo impunes! Satisfeito deve estar Chico Pereira, que mata, rouba, incendeia, estupra, sahindo, de automóvel, do interior da Parahyba, para suas constantes investidas no Rio Grande do Norte, voltando depois para as fazendas “Acauã” ou “Volta, ambas de propriedade dos irmãos Suassuna! (O IMPARCIAL, 27 DE JULHO DE 1927).

O próprio padre Pereira Nóbrega destacou a relação entre os Suassuna e Chico Pereira em *Vingança, não*. Na obra, ele tratou de um suposto apoio do presidente do estado da Paraíba a Chico Pereira, inclusive, afirmando que um dos seus irmãos, ao qual se refere pelo apelido de “Tonho”, foi amigo do cangaceiro. Em um encontro entre os dois, “Tonho” teria garantido que o presidente do estado resolveria o seu caso com a justiça antes das eleições para presidente do estado, em junho de 1928:

– Pois é isso que lhe venho falar. Você já deve ter sabido que meu irmão, o Presidente, está resolvendo esses casos antes das eleições. Você não podia ficar esquecido. Seu caso faz pena a toda gente que conhece de perto, como eu. Rapaz moço, simpático, cheio de vida, de uma família tradicional, agora metido com os cangaceiros. Pois olhe, meu irmão me chamou e disse assim: diga a Chico Pereira que vou resolver as questões dele. Esteja pronto para comparecer ao júri que o resto eu garanto. (NÓBREGA, 1961, p.198-199)

Chico teria aceitado a oferta do irmão do presidente com a condição de que não se entregaria à polícia. Então acertaram que ele se apresentaria a uma delegacia “para constar” e que ficaria aguardando o dia do júri. Antônio também aconselhou Chico Pereira a se desfazer do bando e das armas (NÓBREGA, 1961, p. 200).

Mesmo com as supostas promessas atribuídas ao presidente João Suassuna através do seu irmão, Antônio Pessoa, Chico Pereira foi surpreendido por um cerco da polícia do estado da Paraíba na fazenda Pau Ferrado, em Pombal, no dia 13 de outubro de 1927. No momento do cerco, estava em companhia da sua esposa, Jardelina, da família dela, e de um dos integrantes do seu bando, Manuel Mendes. Após uma longa troca de tiros com as forças policiais, que varou pela madrugada, Chico Pereira e Manuel Mendes (mesmo ferido com um tiro na perna) conseguiram fugir. Um soldado acabaria sendo morto durante o confronto.

O jornal Gazeta de Notícias (RJ), em edição do dia 10 de novembro de 1927, destacou o tiroteio ocorrido na fazenda Pau Ferrado:

(...)A semana passada, porém, o delegado de Pombal, tenente Manoel Benício, teve denúncia de que o famoso campeador das caatingas [Chico Pereira] estava homiado bem perto da cidade, no lugar Pau Ferrado, acompanhado apenas por Manoel Mendes, seu companheiro de crimes. Era mais uma demonstração de sua doentia paixão pela luta.

Commandados por aquelle official, nossos milicianos fizeram o cerca da casa onde eles se encontravam. Ambos dormiam. Despertados pela fuzilaria reagiram logo vigorosamente.

O Cerco foi se apertando, pouco a pouco. Depois...depois...os bandidos se eclypsaram...

O delegado explica o ocorrido. Infelicidade. Da polícia, está claro. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10 DE NOVEMBRO DE 1927)

Com o episódio de Pombal, Chico Pereira teria motivos para tratar qualquer proposta dos Suassuna com a mínima desconfiança. No entanto, segundo Pereira Nóbrega, com a proximidade das eleições presidenciais, o próprio presidente do estado, pessoalmente, prometeu a Chico Pereira que o livraria de condenações na justiça, fazendo, inclusive, com que desistisse do plano de se mudar para o estado de Goiás junto com a sua família. Num encontro entre os dois, relatado por Pereira Nóbrega, João Suassuna teria prometido que, enquanto governasse, Chico Pereira não seria preso, e que a polícia do estado só faria o que ele mandasse fazer. A respeito do cerco policial na fazenda Pau Ferrado, afirmou que foi uma operação da polícia desautorizada por ele. E Chico Pereira confiou mais uma vez na palavra do presidente (NÓBREGA, 1961, p.224).

No início de 1928, parecia realmente que as promessas de João Suassuna não eram apenas eleitoreiras e se materializaram em ações concretas. Segundo Nóbrega (1961, p. 225-226), “o presidente estava cumprindo o que prometera. A polícia não perseguia mais Chico. Os soldados não o enxergavam mais. A ordem do Presidente os cegara a todos. Chico passava agora por dentro das cidades como se levasse a inocência de um passarinho.”

Em 21 de fevereiro de 1928, o Tribunal de Justiça da Paraíba concedeu *habeas corpus*, impetrado pelo advogado Octávio de Sá Leitão, em favor de Francisco Pereira Dantas, em um processo no qual era acusado de participação do ataque à cidade de Sousa/PB, em 1924. Com atraso, essa notícia ganharia destaque na imprensa nacional, a exemplo do jornal *A Manhã* (RJ), que no dia 8 de maio de 1928 noticiou a decisão da justiça da Paraíba:

Foi agora publicado um acoordam do Superior Tribunal de Justiça do Estado, datado de Fevereiro, concedendo “habeas corpus” ao bandido Chico Pereira, o qual naquela data se encontrava detido na cadeia de Catolé do Rocha.

Foi esse bandido que em 1924, à frente de 70 homens armados, atacou a cidade de Souza à procura do chefe político sertanejo Silva Mariz, com o fim de matá-lo. Como não o encontrasse, capturou o juiz de direito da comarca, pondo em leilão, no qual foi esse magistrado

arrematado por um amigo pela quantia de quinhentos mil reis (A MANHÃ, 8 DE MAIO DE 1928).

Entretanto, contrariando em partes essas notícias, Nóbrega (1961, p.226) afirmou que o seu pai não esteve preso em Catolé Rocha, mas apenas se apresentou à delegacia local como mera formalidade, hospedando-se naquela cidade em uma fazenda do irmão de João Suassuna, Antônio Suassuna.

As eleições de junho de 1928 sufragaram o nome de João Pessoa como presidente eleito do estado da Paraíba. Em agosto daquele ano, enquanto se dava a transição de governo, Chico Pereira ainda gozava da imunidade recém adquirida na justiça do estado. Resolveu, então, comparecer à festa da padroeira do município de Cajazeiras/PB no dia 14 de agosto, contrariando o conselho de parentes que ainda temiam que pudesse ser preso. Estava naquele município em companhia de seu amigo, João Fernandes, quando foi interceptado pelo tenente Manuel Arruda que, junto a mais três oficiais, o deteve. No outro dia, amanheceu preso na cadeia de Pombal/PB.

3.2 O processo de Acari/RN

Chico Pereira foi transferido da cadeia de Pombal para o Rio Grande do Norte, com destino à cidade de Acari, para responder por uma acusação de assalto a uma fazenda de propriedade do coronel Joaquim Paulino de Medeiros, mais conhecido como Quincó da Ramada. As circunstâncias que o levariam à prisão no Rio Grande do Norte e, num espaço de três meses, à morte, permanecem obscuras. Como mencionado anteriormente, a maior parte das ocorrências relacionadas a Chico Pereira e a seu bando, de fato, tiveram como palco o estado vizinho à Paraíba, o que poderia justificar a sua prisão em solo potiguar. Entretanto, observando bem o mapa do estado do Rio Grande do Norte, a maior parte dessas ocorrências relatadas se deram a oeste do estado, em cidades próximas à fronteira com o Ceará. Acari fica situada no extremo sul do Rio Grande do Norte, na fronteira com a Paraíba, próxima à cidade de Frei Martinho/PB. É verdade que, a priori, nada impediria que também tivesse frequentado essa região e cometido ali outros crimes. Mas a falta de uma “coincidência” geográfica com as demais cidades reforça a suspeita de que, na verdade, Chico Pereira jamais tivesse postos os pés por lá.

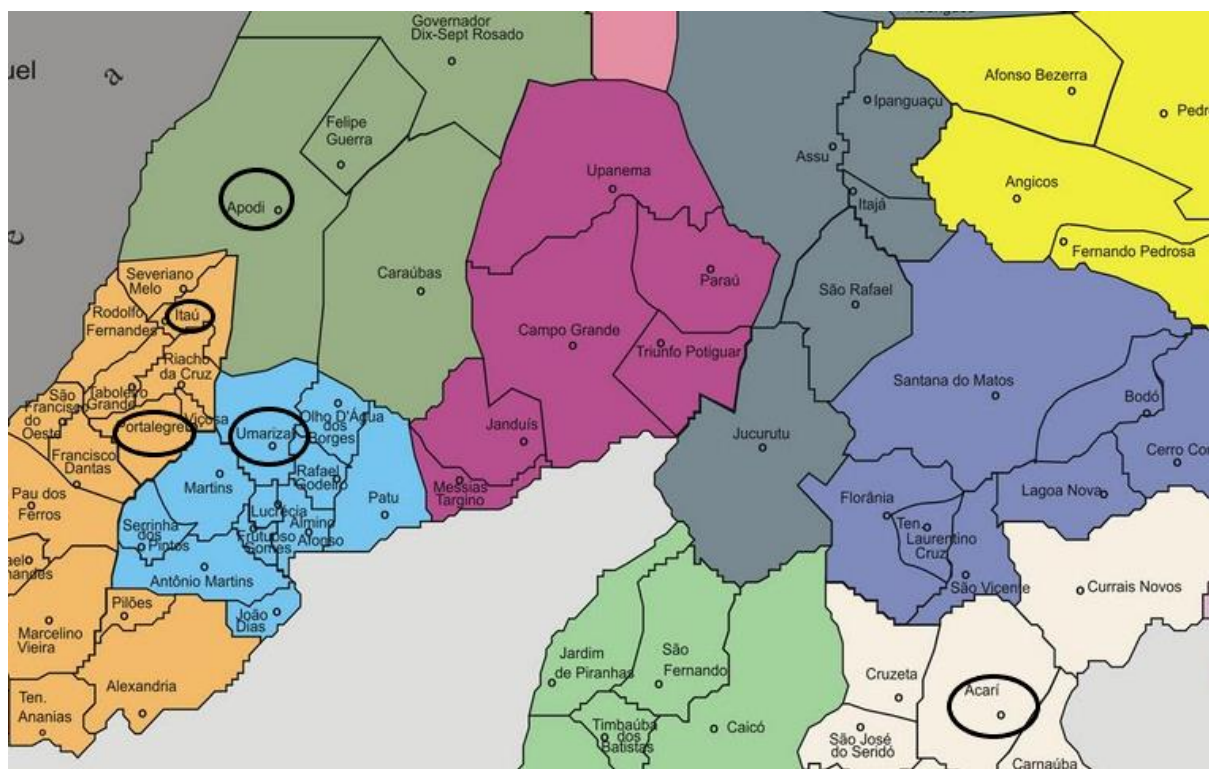


Figura 06 – Trecho de um mapa atual do estado do Rio Grande do Norte com os nomes assinalados das cidades onde ocorreram assaltos atribuídos ao bando de Chico Pereira. Como se percebe, quase todas as cidades estão próximas à fronteira com o Ceará. Já a cidade de Acari fica no extremo sul do estado, próxima à fronteira com o estado da Paraíba.

Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/12/mapas-do-rio-grande-do-norte.html>. Acesso em: 2 jun. 2023

A explicação do padre Pereira Nóbrega para a prisão do pai no Rio Grande do Norte foi a de que se tratou de um crime jogado em seu colo para incriminá-lo, realizar a sua prisão e, logo em seguida, a sua execução. Dois governadores e um pacto de morte, afirmou Nóbrega (1961, p.239). Os dois governadores ao qual se referia eram o presidente do estado da Paraíba, João Suassuna, que encerrava seu mandato em outubro daquele ano, e seu colega do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine. Juvenal, inclusive, tinha fama de mandar executar presos que chegassem de fora do estado (NÓBREGA, 1961, p.232). João Suassuna havia sido derrotado na disputa que abriu contra o epitacismo quando resolveu lançar a candidatura do chefe de Polícia, Júlio Lyra, para presidente do estado, e os deputados José Pereira, de Princesa, e José Queiroga, de Pombal, respectivamente, para os cargos de primeiro e segundo vice-presidentes. Contrariado com o gesto de dissensão de João Suassuna, a quem havia colocado no poder, Epitácio resolve intervir no estado lançando a candidatura do seu sobrinho, João Pessoa, à eleição de presidente da Paraíba. Derrotado na disputa intra oligárquica e sem mandato a partir de outubro de 1928, João Suassuna estava sendo

constantemente acusado pelos adversários de convivência com o cangaceirismo e, em especial, de acobertar Chico Pereira no estado. Portanto, livrar-se da pecha de protetor de bandidos seria vital para sua sobrevivência política. Segundo Nóbrega (1961, p.239), o presidente João Suassuna esteve reunido com Juvenal Lamartine em Natal. Pouco tempo depois, veio a ordem de transferência de Chico Pereira da cadeia de Acari para uma prisão na capital do Rio Grande do Norte.

No processo instaurado na cidade de Acari, Chico Pereira foi denunciado sob a acusação de ter assaltado, no dia 1º de fevereiro de 1927, uma fazenda no sopé da Serra da Tajada, a uma pequena distância daquele município, em companhia de mais três comparsas. Um dos acusados, Antônio Jerônimo, foi preso no município de Santa Luzia/PB, com a posse de duzentos e cinco mil reis em dinheiro de prata e dois pares de brincos de ouro. Dinheiro e objetos que foram atribuídos como pertencentes ao coronel Joaquim Paulino de Medeiros e à sua família. Ao ser interrogado pela polícia, Antônio Jerônimo, conhecido também como “Chofer”, confessou ter participado do assalto à fazenda “Rajada”, de propriedade de Quincó, em companhia de Francisco Pereira Dantas, do seu irmão, Aproniano Pereira Dantas¹⁰, e de um outro homem chamado Marcionilo (GASTÃO; MARQUES, 2014, p.35)

No cartório do município de Acari, foram registrados os autos de acusação com o parecer do promotor público interino:

O promotor público interino da comarca [de Acari] denunciou a Francisco Pereira, Aproniano Pereira, Marcionillo de Tal e Antônio José, conhecido por Antônio Jeronymo, como incursos na sanção do artigo 356 combinado com os artigos 357 e 358, tudo do Código Penal, por haverem, na noite do dia primeiro de Fevereiro do corrente anno, cerca de 22 horas, atacado a casa do cidadão Joaquim Paulino de Medeiros, residente no sitio “Rajada”, deste districto, onde sob ameaças de morte e usando de violência arrombaram um cofre de onde subtrahiram para elles, contra a vontade do respectivo dono, cinco contos de reis em dinheiro de papel, três contos de reis em dinheiro de prata, uma marrafa de ouro, quatro voltas ou cordões de ouro, um terço de ouro, oito anneis de ouro, uma prata, diversas tetéas de prata, ouro e pérola, diversos botões de ouro para senhora, um par de óculos fuliados a ouro e um facão. (GASTÃO; MARQUES, 2014, p.35)

¹⁰Não há fontes que confirmem que Aproniano, irmão de Chico Pereira, tenha efetivamente participado do seu bando. Há apenas uma notícia publicada no jornal *Correio da Manhã* (RJ), do dia 8 de novembro de 1928, ou seja, logo após a morte de Chico Pereira, que fala de um ataque atribuído a um dos seus irmãos (sem dar nome) à vila de Serra Negra, na Paraíba. De toda maneira, os processos de rivalidade política, as perseguições e outras situações levavam parentes de cangaceiros a ingressarem nos bandos, até para garantirem sua integridade física.

Segundo Nóbrega (1961, p.246), em um diálogo com o irmão, Abdias, quando este o visitou na cadeia em Natal, Chico afirmou que só conheceu Antônio Chofer quando foi colocado junto a ele na cadeia de Acari. Ele teria descoberto que a sua prisão tinha sido encomendada por seus inimigos:

Descobriu que [Chofer] fez o roubo a mandado de gente da Paraíba. Inimigos de Chico. Os patrões dele quando mandaram roubar, garantiram que ele não caia na cadeia. Se fosse processado, dissesse na polícia que roubou em companhia de Chico e deixasse o resto por conta deles (NÓBREGA, 1961, p.246)

O bisneto do Coronel Quincó da Ramada, Carlos Rostand França de Medeiros (DANTAS;MUNIZ, pág.54), afirmou também acreditar que o assalto tenha sido uma armação para incriminar Chico Pereira. Para ele, sua família foi tão vítima quanto o paraibano, uma vez que o roubo serviu para enfraquecer o poderio financeiro do Coronel Quincó e seus planos de lançar a carreira política do filho na região.

Como se vê, há pelo menos uma versão, além do padre Pereira Nóbrega, que sustenta a não participação de Chico Pereira no assalto à fazenda em Acari. Um outro indício a favor desse argumento foi mencionado por Pereira Nóbrega (1961, p.246-247): a esposa do coronel Quincó foi até a cadeia de Acari e não reconheceu o preso Chico Pereira como um dos participantes do assalto.

3.3 “O morto que ninguém chora”

Para exercer a sua defesa no processo de Acari, Chico Pereira contou com os serviços do advogado e jornalista potiguar João Fernandes Café Filho, o mesmo que, 26 anos depois, assumiu a presidência do Brasil após o suicídio de Getúlio Vargas. A escolha do advogado pode ter selado seu o trágico destino: Café Filho fazia cerrada oposição ao governo de Juvenal Lamartine através do *Jornal do Norte*, veículo impresso o qual fundara em 1921. A partir de então, o destino do preso egresso da Paraíba passou a ser um assunto pessoal do governador potiguar.

Chico Pereira foi transferido para Natal em agosto de 1928, ficando na capital potiguar por três meses aguardando o seu julgamento. O júri de Acari foi marcado para o dia 29 de outubro. Na véspera, foi colocado numa viatura policial para ser escoltado pelo tenente Joaquim de Moura, acompanhado do Sargento Luís Auspício, cabo

Feliciano Tertulino e conduzido pelo motorista, sargento Genésio Cabral, rumo ao seu julgamento.

Segundo Nóbrega (1961, p.268), Café Filho suspeitou que a escala do tenente Moura na escolta foi para “dar sumiço” do preso antes que este chegasse ao destino final. Ele se dispôs a acompanhar a viatura, mas teria sido alertado que, se assim o fizesse, também teria o mesmo destino.

Na madrugada do dia 29 de outubro de 1928, a viatura que conduzia Chico Pereira seguia rumo a Acari quando, no quilômetro 177, em uma região deserta, próxima à cidade de Currais Novos/RN, sofreu um capotamento. Do acidente, só houve uma vítima fatal: o cangaceiro Francisco Pereira Dantas. Os demais saíram apenas com ferimentos leves. Essa é a versão oficial do ocorrido, que acabou estampando manchetes da imprensa nacional logo após o acontecimento, ao destacar a morte do cangaceiro paraibano. Foi o que fez O Jornal (RJ), que no dia 30 de outubro de 1928 noticiou:

Verificou-se, hontem, violento desastre de automóvel, no quilômetro 177 da estrada de rodagem do Seridó.

Viajava no vehiculo o tenente Moura, da Força Pública do Estado, conduzindo um criminoso de morte, de nome Chico Pereira. Além do motorista, viajava também no carro um soldado, de que aquelle official se fazia acompanhar.

Ignora-se ainda como se deu o desastre. As primeiras notícias dizem apenas que Chico Pereira teve morte immediata, e que é gravíssimo o estado do Tenente Moura. O motorista e o soldado receberam ferimentos leves.

O delegado auxiliar de Natal, sr. Abílio Cavalcanti, acompanhado de um médico legista, seguiu para o local do desastre, logo que se teve conhecimento do facto. (O JORNAL, 30 DE OUTUBRO DE 1928)

Chico Pereira morreu com apenas 28 anos de idade, deixando uma viúva de 17 anos e três filhos. Segundo Nóbrega (1961, pág.268), a morte do seu pai não foi uma infeliz e acidental tragédia, e sim uma execução sumária:

Chico Pereira morria com apenas 28 anos de idade. Seis deles passara em lutas que se estenderam a quatro Estados do Nordeste. E diga-se por curiosidade que jamais uma bala o tocou de leve sequer. Nem mesmo para morrer.

Não foi morto a tiros. Não, porque o crime devia restar disfarçado em virada de carro. Foi morto a pancadas de coice de carabina. Depois, ainda algemado, viraram o carro por cima.

A face ficou esmagada. Irreconhecível. Esmagados também a base do crânio e o tórax. É o que transparece da certidão policial de óbito. (NÓBREGA, 1961, p.268)

Alguns jornais denunciaram o acidente de Chico Pereira como uma possível execução por parte da polícia do Rio Grande do Norte. Em uma notícia na qual criticava a violência por parte de governo de Juvenal Lamartine, o jornal *Diário da Manhã* (PE) afirmou:

Preso, há pouco, no Rio Grande do Norte, ao ser transportado para a cidade de Acary, onde deveria ser julgado, foi morto, de “ordem superior” pelos policiais que o conduziam. Alegou o lamartinismo que o caminhão que conduzia Francisco Pereira capotou, verificando-se “horível desastre” em que perecera o cangaceiro (DIÁRIO DA MANHÃ, 2 DE NOVEMBRO DE 1928)

O jornal *A Manhã* (RJ) reiterou o teor crítico do *Diário da Manhã* (PE) denunciando a violência política de Juvenal Lamartine e a ação do Tenente Moura no caso de Chico Pereira:

(...) Não faz muito tempo, a polícia norte-riograndense prendeu no município de Curraes Novos, Francisco Pereira, acusado de um assalto às propriedades de parentes do sr. Lamartine, em Serra Negra. Recolhido à cadeia daquela primeira cidade, de lá o acusado appellou para o sr. Café Filho afim de defende-lo. E como este acceitasse a causa, o presidente feminista¹¹ melindrou-se, entrando a mover perseguições contra aquelle chefe opposicionista. Mas, apesar disso, o sr. Café Filho requisitou o preso para a cadeia da capital, tendo sido encarregado dessa diligência o tenente Joaquim Moura. Quando se soube disso, houve em Natal muita gente a afirmar que Pereira não chegaria vivo àquela cidade. E foi o que aconteceu. O tenente Joaquim Moura, de volta, limitou-se a explicar que o preso morrera em consequência de um desastre do automóvel.. (A MANHÃ, 30 DE NOVEMBRO DE 1928)

Posteriormente, em 1931, Juvenal Lamartine, já na condição de ex-presidente, foi réu em uma ação penal sob a acusação de ter mandado assassinar Chico Pereira. A tese da acusação foi a de que “a vítima teria sido assassinada a mando de Juvenal Lamartine, então presidente do estado, combinado com o chefe de Polícia, Adauto Raposo da Câmara e do delegado auxiliar Abílio Cavalcante.” (LOURENÇO; MEDEIROS, 2021, p. 188-189). O processo transitou na Comarca de Currais Novos/RN. A justiça julgou improcedente a acusação e absolveu Lamartine e os demais envolvidos na ação.

¹¹O termo feminista atribuído a Juvenal Lamartine, claramente tratado pelo jornal em tom à época depreciativo, se refere ao fato de que foi no estado do Rio Grande do Norte, durante o seu governo, em 1927, que as mulheres puderam votar e serem votadas pela primeira vez em uma eleição no Brasil.

Embora não tenha ocorrido a responsabilização das autoridades responsáveis pelo caso de Chico Pereira, eram fortes os indícios de uma execução, ao invés de acidente. Mas, como quase tudo referente à história do cangaceiro paraibano, as circunstâncias de sua morte permanecem obscuras. Por triste ironia, Chico Pereira morreu – seja por acidente ou por assassinato – nas mãos do Estado, aquele mesmo que, seis anos antes, falhou em responsabilizar um dos possíveis executores da morte do coronel João Pereira, ajudando a propiciar toda a cadeia de vingança e episódios de violência com os quais Chico Pereira acabou se envolvendo. Evidentemente, quando me refiro ao Estado, não o coloco numa categoria de entidade supra-humana que estaria alheia aos interesses de determinados grupos, ao contrário, foi por ser permeado por esses mesmos interesses, num contexto de mudança de correlações de forças políticas, que o destino de Chico Pereira se transfigurou de uma expectativa de absolvição da justiça para uma prisão e, logo depois, uma possível execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de se produzir um trabalho de história está sempre atrelado à construção da memória e o tratamento que se deve dar às fontes. No caso do personagem principal desse trabalho, o cangaceiro Chico Pereira, esses desafios, desde o começo, se colocaram em evidência. Chico Pereira, embora tenha sido, provavelmente, o mais famoso cangaceiro da história da Paraíba, foi tratado, no campo dos estudos a respeito do cangaço, com um personagem lateral, praticamente desprezado, à sombra de um Jesuíno Brilhante, um Antônio Silvino e, principalmente, de Lampião, certamente o bandido mais famoso da nossa história. A figura de Lampião foi tão forte e impactante na história do cangaço que praticamente a história desse fenômeno ficou circunscrita (pelo menos para o senso comum) ao chamado cangaço lampiônico, que tão profundas marcas deixou no sertão nordestino. Mas, conforme nos aprofundamos em outras histórias do cangaço, através de outros personagens, percebemos que o fenômeno, embora tão bem estudado e com inúmeras obras desenvolvidas a respeito, possui múltiplas perspectivas que merecem ser abordadas. E as histórias dos sujeitos históricos, para além das ditas estruturas, pode apontar para novas formas de análise do fenômeno ou, ao menos, refletir em perspectivas mais vivas, mais reais, as teorias que já se desenvolveram a respeito do tema.

A história particular de Chico Pereira, como a história de qualquer indivíduo, foi escrita com tintas únicas, como um quadro delicadamente pintado, em que, além da estética da obra, estão presentes as intencionalidades do pintor. No caso específico, a memória construída a respeito de Chico Pereira praticamente foi monopolizada pela escrita do filho, o padre Francisco Pereira Nóbrega. Naturalmente, embora tenha se esforçado em escrever a história do pai sob a perspectiva de um historiador, pretensamente distante e imparcial, não haveria como não ter se envolvido completamente nessa escrita a ponto de ter se tornado, indiretamente, um personagem dessa história, uma vez que, a todo momento, estão presentes no livro o Padre Pereira Nóbrega, suas idiossincrasias, suas memórias, seus traumas e seus esquecimentos. O livro *Vingança, não* – como a rigor qualquer coisa produzida pelas mentalidades humanas – foi uma obra que falou mais a respeito de quem o produziu do que seu personagem propriamente dito. E é preciso ter muito respeito por isso porque sua escrita foi feita com muita dor e paixão, são seus sentimentos realmente refletidos ali, a ausência do pai que morreu antes que pudesse conhecê-lo, os sofrimentos de sua mãe,

tios, irmãos, a sua própria história e a de sua família duramente refletida em cada linha, cada palavra.

Por isso, ao tratar a obra, naturalmente, como uma fundamental fonte a respeito da história de Chico Pereira, procurei sempre ter a cautela necessária para não desprezar o documento como se fosse uma narrativa fictícia e tendenciosa do filho que simplesmente tenta limpar a imagem do pai, e, ao mesmo, não embarcar completamente nas suas narrativas apaixonadas e na sua visão de fé, pois foram as suas vocações religiosas que, naturalmente, perpassaram tão profundamente o trabalho, além das suas memórias pessoais. Pretendendo, muitas vezes, contrapor ou, até mesmo, confirmar as afirmações contidas no livro, busquei, como dever de ofício, outras fontes, sejam as bibliográficas, que embora muito raras, me foram de grande auxílio, e demais fontes históricas, principalmente as notícias de jornal de época que, felizmente, me ajudaram a traçar um quadro mais amplo da própria vida de Chico Pereira, para além do que está contida em *Vingança, não*. Mas seria tolice imaginar, que a partir dessas fontes, fosse possível chegar ao personagem real e não a construção memorialística do filho. Nos jornais também estão contidas as paixões humanas, as tendências, as reflexões, os interesses de quem escreveu. Não haveria, portanto, nenhum documento imparcial a respeito de Chico Pereira, como, de fato, a respeito de nenhuma história escrita. Nem mesmo o meu trabalho monográfico, é preciso reconhecer.

Navegando nas dificuldades de resgatar a história de Chico Pereira, foi preciso responder as questões básicas que me levaram a produzir esse trabalho, e que, em linhas gerais, também foram a respeito do próprio fenômeno do cangaço como um todo. Realizar um esforço para compreender as ações humanas, sem dúvidas, é uma das mais difíceis tarefas que qualquer pessoa possa empreender. E essa é uma das maiores belezas – e desafios – das ciências sociais, dentre elas, a própria História: buscar a multiplicidade dos fatos humanos e dos fenômenos históricos. E as dúvidas, os questionamentos, surgem, muitas vezes, mais consolidados do que as certezas e as conclusões. Não se trata de uma falha do conhecimento a respeito do ser humano, mas sim um desafio permanente e incansável de buscar sempre as respostas, mesmo quando incompletas, inexatas. A história humana foi produzida no passado, mas também está sendo feita hoje e agora, e também o será amanhã, e sempre, pois somos sujeitos históricos, observando e sendo parte da lenta procissão da história, como belamente refletiu o historiador britânico, Edward Carr em sua obra *Que é História?*

Entender as vinculações entre o fenômeno da vingança e as motivações de entrada no cangaço, foi o problema central desse trabalho. Nesse aspecto, particularmente, acabou sendo muito difícil empreender essa busca, pois, a rigor, se tratou fundamentalmente de tentar compreender as motivações do indivíduo Chico Pereira, o sujeito histórico, e não as do exército que realizou este ou aquele movimento, ou se o diâmetro da lua é 3,67 vezes menor do que a da Terra. As motivações de Chico Pereira, evidentemente, nunca poderão ser confirmadas, mesmo com todas as fontes possíveis de se reunir a respeito de sua história. Mas, ao mesmo tempo, mesmo que de maneira falha, dadas as limitações da minha pesquisa e da minha própria compreensão, foi possível apontar uma vinculação clara entre a vingança e o cangaço existente na trajetória de Chico Pereira, para além dos atos como resultado de uma volição pessoal. Pois, ao mesmo tempo, as atitudes de Chico Pereira foram fruto da sua determinação, de sujeito ativo, consciente, e resultantes de um processo histórico, oriundo das profundas camadas de uma sociedade com determinadas pré-condições e características, que empurram os indivíduos a escreverem o seu próprio destino, e com, isso os rumos de toda a sociedade.

Não é possível responder se Chico Pereira se tornaria cangaceiro se não tivesse ocorrido a terrível tragédia pessoal do assassinato do pai. Provavelmente, teria continuado como um mero comerciante de cal virgem para, no futuro, tomar conta dos negócios da família, das propriedades, e ser talvez mais um anônimo na vastidão humana. Mas esse é o terreno das probabilidades, e não das realidades, onde se enquadra o estudo da História. Cabe, agora, de forma não taxativa, concluir que o ato de vingança e toda a pressão que a comunidade exerceu sobre ele foram, de fato, fundamentais para a construção do Chico Pereira cangaceiro, aquilo se tornou numa realidade tão complexa e múltipla como a do sertão nordestino dos anos vinte. Mas não foram o suficiente para justificá-lo, e com isso, encerrar toda a discussão. Há mais variantes nessa história. As relações sociais e as origens de classe também tiveram importância fundamental, pois o levaram a pegar em armas para se constituir como um líder de bando com influência e poder em sua região, por conta de suas origens familiares, e não como um simples arregimentado a serviço de interesses alheios. E no cangaço permaneceu por constituir redes de apoio e acobertamento, se associando a outros bandos, como o de Lampião, e travando relações próximas inclusive com o poder estatal, como na aproximação com a família do presidente João Suassuna.

Refletindo a respeito do Cangaço, como um todo, é possível afirmar que se tratou de um fenômeno em que o ambiente político, institucional e econômico, mas também o social e o cultural, da ordem dos costumes, da tradição, do culto à virilidade, foram determinantes para a sua ocorrência naquele momento específico (durante a Primeira República) e na região de sua incidência (o sertão nordestino). Uma boa síntese foi produzida por Pericás quando afirmou que:

O entrelaçamento dos poderes político e econômico, junto com a engrenagem jurídica e policial, num ambiente fundiário claramente distorcido e desequilibrado, por certo teve um peso significativo na formação social e psicológica do bandoleirismo agrestino e sertanejo (PERICÁS, 2010, p.29).

A história de Chico Pereira foi a de um cangaceiro excepcional, fora da curva. Sua trajetória está repleta de circunstâncias específicas, até mesmo surpreendentes, que envolveram personagens inclusive do meio político, de presidentes de estado a coronéis. Suas peculiaridades foram tão notáveis que se refletiram até mesmo nas roupas que vestia. Quando se deixou fotografar, já na condição de cangaceiro, trajava roupas mais semelhantes às de um *cowboy* do que, propriamente, as de um homem do cangaço. Mas se foi um personagem único, a sua história está associada à de tantos outros que se lançaram em armas naqueles tempos, por diferentes motivos, e influenciados por razões diversas. Pois cada indivíduo é, ao mesmo tempo, uno e diverso, produto de uma sociedade e, ao mesmo tempo, sujeito ativo capaz de influenciá-la.

Para encerrar este trabalho, cumpre registrar que no dia 23 de dezembro de 2021 a casa onde Chico Pereira nasceu e viveu, na fazenda Jacu, na cidade de Nazarezinho, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Na decisão, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), o órgão reconheceu a importância da preservação do casarão pelo seu valor histórico e arquitetônico. Quem sabe, a partir disso, mais estudos a respeito de Chico Pereira possam ser produzidos.

REFERÊNCIAS

JORNAIS CONSULTADOS

Jornal *O Norte* (PB) – 14/9/1922
 Jornal *A União* (PB) - 29 /7/1924.
Jornal do Recife (PE), - 10 /11/ 1925.
O Sitiá (CE) – 20/12/1925
A Manhã (RJ) - 9/4/1926
A Manhã (RJ) – 8/5/1926
A Manhã (RJ) – 2/6/1926
Gazeta de Notícias (RJ) – 13/5/1927
Gazeta de Notícias (RJ) - 13/5/1927
O Imparcial (CE), 27/7/1927
Diário da Noite (SP) – 7/11/ 1927
Gazeta de Notícias (RJ) - 10/11/1927
Correio da Manhã (RJ) – 8/5/1928
O Jornal (RJ) - 30/10/1928
Diário da Manhã (PE) – 2/11/1928
Correio da Manhã (RJ) – 8/11/1928
A Manhã (RJ) – 30/11/1928

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 4 ed., 2009.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e Seus Problemas**. João Pessoa: A União, 3.ed,1980.

ANDRELINO, Samara da Silva. **Histórias e memórias da trajetória de Chico Pereira no cangaço na cidade de Nazarezinho-PB (1918-1928)**. Cajazeiras: UFCG, 2015. Monografia – Universidade Federal de Campina Grande. 2015.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão**. Rio de Janeiro: Mauad, 3 Ed., 2018.

_____. **Antropologia da Honra: Uma análise das guerras sertanejas**. V.29, n.1/2, 1998.

BARROSO, Gustavo. **Heroes e Bandidos**. São Paulo, Francisco Alves, 1917.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUSSAB, Vera Silvia Raad; LUZ, Fabíola. **A trama da vingança em certo. Abril despedaçado**. Psicologia em Revista. , Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 210-226, dez. 2004

CALADO, Cléia Tamaris. **Jesuíno Brilhante: as glórias de um cangaceiro herói ou um bandido procurado pelo Estado**. Monografia apresentada ao curso de Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

CAMPOS, Andréa Carla de Magalhães; SÁ, Giovanni Alves Duarte de. **Reflexões Sobre A Honra Como Categoria De Análise Social: Um Olhar Sobre O Poder Familiar No Nordeste Brasileiro**. Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 8, n. 1, jun. 2022.

CARR, Edward H. **Que é história?** Trad. Lúcia Maurício de Alverga. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHANDLER, Billy Jaynes Chandler. **Os Feitosas e o Sertão dos Inhamus: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981

DANTAS, Sergio Augusto de Souza. **Antônio Silvino: o cangaceiro, o homem, o mito**. Natal: Cartgraf, 2006.

DANTAS, Kydelmir; MUNIZ, Caio César Muniz (org). **Cangaço – Episódios e Personagens**. Mossoró: Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria, 2018.

DÓRIA, Carlos Alberto. **A tradição honrada: a honra como tema de cultura e na sociedade ibero-americana**. Cadernos Pagu 2. 1994, pag.47-111.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4.ed., 1976.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo, 5. ed., 2012.

GADELHA, José de Abrantes. **Sangue, terra e pó**. Sousa: A União, 1983.

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa: A União, 1986.

GASTÃO, Paulo Medeiros; MARQUES, Elane. **Acary e o Processo de Chico Pereira**. Mossoró: Editora IGRAMOL, 2014.

IBGE. **DICIONÁRIO GEOGRÁFICO E ETHNOGRÁFICO DO BRASIL**. Rio de Janeiro, 1922.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOURENÇO, M. Das Vitórias Nunes Silva; MEDEIROS, Mário Lourenço de. **Ponto de vista e emoções linguísticas na construção argumentativa do processo penal**. Revista FIDES, v. 12, n. 1, p. 187-206, 9 set. 2021.

MACHADO, Christina Matta. **Aspectos do fenômeno do cangaço no Nordeste Brasileiro**. Revista de História, [S. l.], v. 46, n. 93, p. 139-175, 1973. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1973.131939. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131939>. Acesso em: 2 jun. 2023.

_____. **As táticas de guerra dos cangaceiros**. Rio de Janeiro: Laemmerrt, 1969.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

MILNER, Marcos Nogueira. **Entra a Honra e a Vingança**. 2014. 109 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

NÓBREGA, Francisco Pereira da. **Vingança, Não: depoimento sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 2ª Ed. 1961.

OLIVEIRA, Bismarck Martins de. **Histórias do cangaço: o saque de Sousa Paraíba (27 de julho de 1924)**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora Ltda, 2ª Ed. 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, José Francisco de. **Antonio Silvino “de governador dos Sertões a governador da Detenção”(1875-1944)**. 156 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Uma intérprete do cangaço: Maria Christina Russi da Matta Machado**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [S. l.], n. 72, p. 200-210, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i72p200-210. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/157053>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PINTO, Luiz Aguiar da Costa. **Luta de Famílias no Brasil**. São Paulo: Cia.Ed.Nacional, 1949

QUEIROZ, Rachel de. Prefácio. *In*: NÓBREGA, Francisco Pereira da. **Vingança, Não: depoimento sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 2ª Ed. 1961.

RAMALHO, Délio de Oliveira. **O Cangaço: os três cangaceiros no Rio Grande do Norte**. Monografia apresentada na disciplina Pesquisa Histórica II, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1996.

RIBEIRO, Cristina Betioli. **Um norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas**. Tese de Doutorado. Campinas: IEL-UNICAMP, 2008.

RIBEIRO, Vinícius Ferreira. **A historiografia do cangaço revisitada: três matrizes interpretativas**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, 2021

SARMENTO, Guerhansberger Tayllow Augusto. **Nas redes das memórias: as múltiplas faces do cangaceiro Chico Pereira**. 2016. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2016.

SOARES, Josemar Alves. **Zé Tarzan e Nina - às margens do Rio Piranhas**. Sousa: Ed. do Autor. 2016.

VELLASCO, Ivan de Andrade; SUTIL, Séfora Semiramis. **Honra, litigiosidade e justiça: os crimes de honra na região de Formiga - Minas Gerais 1807-1875**. Revista Aedos, [S. l.], v. 9, n. 20, p. 276–295, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/73666>. Acesso em: 2 jun. 2023.

VIANA, Severino Coelho: **A vida do Cel. Arruda, Cangaceirismo e Coluna Prestes**. João Pessoa: RIGRAFIC Editora Ltda., 1989.